



Raquel Simões de Azevedo

O papel das redes locais nas economias solidárias

- O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação da Professora Doutora Virgínia do Carmo Ferreira, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Raquel Simões de Azevedo

O papel das redes locais nas economias solidárias

- O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação da Professora Doutora Virgínia do Carmo Ferreira,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial à Professora Doutora Virgínia do Carmo Ferreira, por todo o apoio dado ao longo do estágio e da redacção do relatório. Obrigada pela disponibilidade, pelas opiniões e críticas sinceras que me ajudaram nesta fase tão importante do meu percurso académico.

Uma palavra de gratidão do tamanho do mundo à supervisora de estágio, Joana Pombo, pelas palavras amigas, pela confiança depositada em mim, pela atenção e disponibilidade sempre demonstradas. À restante equipa técnica da AJPaz, nomeadamente, Ana Durão, Ana Leão, Andreia Soares, Cristina Moreira e Marisa Branco, pela forma como me receberam e pelo modo como me fizeram sentir integrada na equipa desde o início, pelos ensinamentos e ajuda prestada, pelo carinho e amizade que ficará para sempre entre nós. À comunidade com que a AJPaz trabalha e que me proporcionou grandes momentos de alegria e convívio.

Um muito obrigado aos/às colegas e amigos/as de mestrado pela partilha de experiências e pela troca de impressões, opiniões e desabafos importantes ao longo de todo o período de estágio.

Um agradecimento ainda mais especial à minha mãe, Isabel Azevedo e ao meu irmão, Rui Azevedo por todo o apoio e incentivo dado ao longo da minha vida e, em especial, nesta fase académica. Obrigada pelo que sou hoje!

Ao meu namorado, Pedro Monteiro, pelo apoio mais que incondicional em todos os momentos e etapas da minha vida. Obrigada por todo o companheirismo, carinho e amor. Um pedido de desculpa por todos os momentos em que o trabalho teve que ocupar e sobrepor o nosso tempo.

Aos/às meus/minhas amigos/as, lista interminável para enumerá-los/as aqui, pelas palavras amigas, carinhosas e de incentivo ao longo de todo o meu trabalho. Por todos os momentos inesquecíveis que passámos e que vamos passar daqui em diante!

Ao meu maravilhoso pai...

Estejas onde estiveres:

Continuas sempre entre nós!

Continuas a apoiar-me em todas as etapas da minha vida,
como sempre o fizeste!

Nada é possível sem te ter no meu pensamento!

Os bons momentos tornam a saudade inapagável!

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 – Contextualização socio-demográfica e institucional	4
1.1 - Caracterização do concelho de Soure	4
1.2 - Contextualização e caracterização da instituição	8
Capítulo 2 – A economia solidária e os mercados solidários no desenvolvimento local	14
2.1 - Economia solidária	14
2.2 - Mercados solidários.....	17
2.3 - Mercearias solidárias	19
2.4 - Redes locais	21
2.5 - Desenvolvimento local, economia solidária e género.....	23
2.6 - Empowerment social	28
Capítulo 3 – Caracterização das actividades desenvolvidas	31
Capítulo 4 - Análise dos mercados solidários	42
4.1 – O projecto da mercearia solidária, enquanto resposta social para a inclusão	53
4.2 - Propostas de actividades ao PDIAS	56
Conclusão	60
Anexos	64
Referências bibliográficas	73

SIGLAS

AJPaz – Acção para a Justiça e Paz

ONG – Organização Não Governamental

PCAA - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar

PDIAS – Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – População residente por sexo (concelho de Soure).....	4
Quadro 2 – População residente por sexo segundo os grandes grupos etários - 2007 (concelho de Soure).....	5
Quadro 3 – Índice de Envelhecimento, Taxa de Natalidade e Mortalidade (concelho de Soure)	5
Quadro 4 – População residente no concelho, segundo as freguesias - 2001	6
Quadro 5 – Número de habitantes segundo o nível de instrução e sexo - 2001	7
Quadro 6 – Beneficiários/as do RSI segundo sexo e idade - 2007 (concelho de Soure)	9
Quadro 7 – Grupos de profissão a que pertencem os/as prosumidores/as	47
Quadro 8 – N° de prosumidores/as por mercado	48
Quadro 9 – N° de prosumidores/as do concelho de Soure por mercado	49

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 - N° de prossumidores/as segundo o sexo	42
Gráfico 2 – Ano de nascimento dos/as prossumidores/as.....	43
Gráfico 3 – % de prossumidores/as consoante a sua morada.....	44
Gráfico 4 – Nível de habilitações dos/as prossumidores/as.....	45
Gráfico 5 – Nível de habilitações dos/as prossumidores/as das freguesias do concelho de Soure.....	46
Gráfico 6 – N° de vezes de participação dos mercados (%)	51

RESUMO

Este relatório é o resultado do estágio curricular realizado de 1 de Outubro de 2009 a 20 de Fevereiro de 2010 na AJPaz – *Acção para a Justiça e Paz*, caracterizada como uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), tendo como missão a Emancipação Humana e a construção de uma Cultura de Paz.

Com este estágio procurou-se investigar e perceber o papel das redes locais na sustentabilidade das iniciativas solidárias alternativas ao sistema capitalista dominante.

Conceitos como economia solidária, desenvolvimento local e igualdade de género foram mobilizados para a análise do ponto de vista sociológico no que concerne aos mecanismos e instrumentos dessa outra economia.

A análise de dados foi feita a partir das variáveis sexo, ano de nascimento, morada, profissão, habilitações dos/as prosumidores/as, número de vezes que estes/as participaram nos mercados solidários e os produtos que levaram para trocar, num período de três anos - 2006 a 2009. Relativamente à mercearia solidária, foi observado o número de prosumidores/as que visitaram o espaço nos seus dois primeiros meses de funcionamento, Fevereiro a Abril de 2010, o sexo e o número de visitas diárias com trocas efectuadas.

Todo este trabalho de análise permitiu chegar a vários resultados e compreender os mecanismos solidários assentes numa rede local comunitária existente, constituída maioritariamente por mulheres. As pessoas que participam nos mercados solidários satisfazem as suas necessidades de bem-estar e de convívio social e colmatam as suas carências diárias na mercearia solidária.

ABSTRACT

This report is the result of a curricular training from 1st October 2009 to 20th February 2010 at AJPaz - *Action for Justice and Peace*, a Non Governmental Organization for Development (NGO), with the mission of promoting the Human Emancipation and of building a Culture of Peace.

With this training we tried to investigate and understand the role of local networks in the sustainability of solidarity initiatives as alternatives to the dominant capitalist system.

Concepts such as solidarity economy, local development and gender equality are mobilized into the analysis from the sociological point of view regarding the mechanisms and instruments of this other economy.

Data analysis was based on the variables of sex, year of birth, address, occupation, qualifications of pro consumers, how often they have participated in the solidarity markets and the products they took to exchange there - this data was collected from 2006 to 2009. Concerning the solidarity grocery, it was noted the number of pro consumers who visited the grocery in its first two months of activity, from February to April 2010, their sex and the number of daily visits with exchanges made.

The analytical work has provided interesting clues towards our understanding of the solidarity mechanisms and workings of the local network, consisting mainly of women. People participating in the solidarity markets meet their well-being and social needs and fulfill their daily needs in the solidarity grocery.

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o meu estágio teve como objectivo integrar-me na associação AJPaz – *Acção para a Justiça e Paz* e permitir o desenvolvimento de determinadas tarefas que me ajudassem a complementar e ajustar a minha formação académica a um contexto real de trabalho. Para tal, foi necessário uma adaptação a esse contexto, desenvolver boas relações com outros profissionais e respeitar as regras de trabalho da associação. O estágio realizou-se de 1 de Outubro de 2009 a 20 de Fevereiro de 2010, apesar do meu trabalho na associação ter começado e continuado muito para além desses meses. O meu trabalho foi supervisionado na associação pela técnica e coordenadora de projectos da AJPaz, Joana Pombo.

A escolha desta entidade fez-se pela minha curiosidade e interesse em trabalhar com comunidades locais promovendo o seu desenvolvimento, através de uma metodologia muito participativa e de cooperação entre entidade e comunidade. A AJPaz tem um grande histórico na promoção dessa relação, procurando alcançar o bem-estar económico, político, social e cultural das pessoas com as quais trabalha.

O relatório intitulado “*O papel das redes locais nas economias solidárias – o caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro*” é o resultado do meu estágio nesta associação, tendo como objectivo principal identificar e analisar a possível rede local de produtores/as e consumidores/as dos mercados solidários, nomeadamente, a rede local da Granja do Ulmeiro e, por conseguinte, a sustentabilidade dos mecanismos alternativos da economia solidária. Esta foi a problemática que logo no início foi apresentada pela entidade e que se tornava necessário analisar tendo em conta os seus projectos futuros. Desejava-se que o meu trabalho fosse pertinente para uma melhor compreensão da realidade em causa, que contribuísse para a análise dos mecanismos solidários alternativos desenvolvidos (mercados solidários) e a desenvolver (mercearia solidária), ajudasse na reflexão do desenvolvimento desses projectos e das estratégias tomadas e, por último, apoiar a tomada de decisões futuras. Procurava-se determinar até que ponto estes mecanismos continham um potencial transformador ou pelo menos dar-lhes visibilidade, num processo que corrobora as palavras de Pedro Hespanha. “Não sabemos, pois, se estes processos que se constituem em alternativas à

economia padrão, como a economia solidária, serão capazes de desencadear uma transformação na sociedade, mas o facto é que tais processos não podem ser silenciados ou desperdiçados.” (Hespanha, 2009: 52).

Tendo em conta que estamos a trabalhar com uma comunidade local é necessário proceder, no *capítulo 1*, à *caracterização do concelho de Soure*. Os indicadores apresentados são fundamentais para uma aproximação local e de execução de projectos, pois só assim se conseguirá trabalhar com a comunidade satisfazendo as suas necessidades. Percebendo a realidade em causa, tornam-se mais perceptíveis as próprias *características da associação*, os seus *objectivos* e os seus *projectos*, uma vez que é no concelho de Soure e, especificamente, na freguesia da Granja do Ulmeiro que se localiza a AJPaz.

Após a apresentação do concelho de Soure e da AJPaz torna-se importante focalizar os contributos teóricos para este trabalho, *capítulo 2*, e que estão relacionados com a intervenção da própria associação e com os objectivos a que me propus chegar.

Começo por uma explicitação do conceito de *economia solidária*. O sistema capitalista vigente tem sido fortemente colocado em causa e constantemente desafiado, sendo disso prova o vasto conjunto de mecanismos e estruturas que procuram construir alternativas. A economia solidária, emergente nos anos 90 na América Latina,

(...) é uma forma de economia que aposta na produção de bem-estar colectivo, em detrimento da acumulação de riqueza em poucas mãos. As pessoas envolvidas ajudam-se mutuamente, procuram uma justa distribuição do lucro e promovem a participação activa de todos os elementos, com vista a um funcionamento social solidário e democrático. (Soares, 2008: 35).

Dois instrumentos dessa *outra economia* são os *mercados solidários* e as *mercearias solidárias*. Ambos promovem um justo e igualitário acesso ao consumo, através de um espaço de participação activa para uma vida mais digna, permitindo uma revitalização das comunidades e um bem-estar colectivo. Estas alternativas dependem de *redes solidárias locais*, que permitem o desenvolvimento de uma relação de partilha e de proximidade entre produtores/as, prestadores/as de serviços e consumidores/as locais e são fundamentais para a sustentabilidade das comunidades e dos recursos endógenos disponíveis. Os produtos e saberes locais aumentam o seu valor social ao serem aproveitados e distribuídos no seio da própria comunidade de onde são

originários. Para tal, é ainda essencial articular a economia solidária com a problemática do *desenvolvimento local* e das relações de *género*, tornando-se impensável proporcionar o desenvolvimento de uma determinada comunidade sem se conhecer o seu contexto histórico e sociopolítico, uma vez que só deste modo é que se alcançarão resultados positivos. Através do desenvolvimento local procura-se a satisfação das necessidades e de melhores condições de vida de uma comunidade local, valorizando as suas competências e capacidades, procurando respostas aos vários problemas com que se deparam através de metodologias participativas, assim dando corpo a uma filosofia de – *empowerment*.

No *capítulo 3* apresentarei as *actividades desenvolvidas* que, para além de muitas outras actividades e tarefas, se centraram na problemática no início mencionada, isto é, na identificação e análise da rede local de produtores/as e consumidores/as, tendo em conta que a troca de produtos nos mercados solidários não seja apenas uma forma de escoar os excedentes das produções familiares, mas que possibilite a criação de uma rede em que se troquem os produtos de forma mais regular e sistemática.

Para tal foi necessário proceder à *análise dos mercados solidários – capítulo 4*, tendo chegado a alguns resultados interessantes. Ainda neste capítulo apresento o projecto mercearia solidária, enquanto resposta social para a inclusão e exponho as actividades apresentadas à rede PDIAS – Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social, no seguimento do trabalho de divulgação das iniciativas solidárias e de captação de mais prosumidores/as.

Deste modo, o estágio permitiu a realização das seguintes tarefas: entender o funcionamento da associação e de todos os processos e actividades por ela realizadas; desenvolver as minhas capacidades e competências ao nível pessoal e profissional; assimilar novas temáticas e novos conteúdos úteis à análise sociológica da realidade em questão; apoiar todas as tarefas no âmbito dos vários projectos, nomeadamente, da mercearia solidária; participar na maioria das actividades a realizar; analisar e perceber a realidade social e económica do território de intervenção, nomeadamente, ao nível da comunidade da Granja do Ulmeiro e da potencial rede local existente; sistematizar dados existentes; propor actividades ao Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social (PDIAS).

Por último, apresento o balanço final do estágio e as principais conclusões sobre a análise realizada.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA E INSTITUCIONAL

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SOURE

Territorialmente, o concelho de Soure, distrito de Coimbra, pertence à unidade territorial do Baixo Mondego que se situa na Zona Centro do país. Encontra-se geograficamente perto dos concelhos de Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Penela e é constituído por doze freguesias: Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha e Vila Nova de Anços.

Relativamente à caracterização populacional, a população residente do concelho de Soure tem vindo a diminuir, como se pode verificar no quadro seguinte (Quadro 1):

Quadro 1 – População residente por sexo (concelho de Soure)			
Ano	Homens	Mulheres	Total População Residente
2001	10 103	10 837	20 940
2005	10 044	10 640	20 680
2007	9 992	10 587	20 579

Fonte: INE – Censos 2001; Anuários Estatístico da Região Centro 2005 e 2007

Deste modo, podemos observar que existiu um decréscimo da população total, mais significativo na população feminina mas que mesmo assim continua a ser mais elevada que a população masculina.

Relativamente à distribuição da população residente por sexo segundo os grandes grupos etários (Quadro 2), apercebemo-nos que as categorias dos 25 a 64 anos é a que tem mais população e a de 65 e mais anos também é elevada. Se juntarmos ainda as duas últimas categorias, observamos que há uma grande percentagem de população envelhecida, nomeadamente, feminina.

Quadro 2 – População residente por sexo segundo os grandes grupos etários - 2007 (concelho de Soure)

	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	1 253	1 149	2 402
15 a 24 anos	1 048	938	1 986
25 a 64 anos	5 410	5 491	10 901
65 e mais anos	2 281	3 009	5 290
75 e mais anos	1 157	1 602	2 759

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro 2007

Actualmente, existem inúmeros factores para que ocorra este decréscimo da população residente como, por exemplo, a procura de melhores condições de vida, a mobilidade do local de trabalho/emprego, mas também as taxas de mortalidade e natalidade (que diminuíram de 2005 para 2007) continuam a ter o seu peso na demografia de cada região e, neste caso, no envelhecimento deste concelho (Gráfico 3).

Quadro 3 – Índice de Envelhecimento, Taxa de Natalidade e Mortalidade (concelho de Soure)

Ano	Índice de Envelhecimento	Taxa bruta de Natalidade (%)	Taxa bruta de Mortalidade (%)
2005	220,4	8,6	14,6
2007	220,2	6,5	14,4

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Centro 2005 e 2007

Ainda relativamente à população residente, vejamos agora o que acontece com as várias freguesias e tendo por base os Censos de 2001 (Quadro 4).

**Quadro 4 – População residente no concelho,
segundo as freguesias - 2001**

Freguesias	Homens	Mulheres	Total
Alfarelos	778	788	1 566
Brunhós	105	97	202
Degracias	246	270	516
Figueiró do Campo	804	868	1 672
Gesteira	539	565	1 104
Granja do Ulmeiro	773	896	1 669
Pombalinho	488	518	1 006
Samuel	686	712	1 398
Soure	4 071	4 388	8 459
Tapéus	222	225	447
Vila Nova de Anços	621	697	1 318
Vinha da Rainha	770	813	1 583
Total	10 103	10 837	20 940

Fonte: CMS, Carta Educativa do Concelho de Soure

A freguesia de Soure é a freguesia mais populosa, com 8 459 habitantes, seguida das freguesias mais próximas dos pólos urbanos do que das freguesias mais no interior do concelho: Figueiró do Campo (1672), Granja do Ulmeiro (1669) Alfarelos (1566) e Vinha da Rainha (1583); a freguesia com menos população é a freguesia de Brunhós (202).

Vejamos agora o nível de instrução dos habitantes do concelho de Soure com base nos Censos de 2001 (Quadro 5).

Quadro 5 – Número de habitantes segundo o nível de instrução e sexo - 2001

Nível de escolaridade	Homens	Mulheres	Total
Sem nível de ensino	1 352	2 560	3 912
1ºCiclo	2 770	2 438	5 208
2ºCiclo	636	552	1 188
3ºCiclo	557	348	905
Ensino Secundário	676	617	1 293
Ensino Médio	36	30	66
Ensino Superior	185	358	543

Fonte: CMS, Carta Educativa do Concelho de Soure

Observa-se através deste quadro que o 1ºCiclo (Ensino Primário), correspondente ao 4ºano (a antiga 4ªclasse), é o nível de instrução mais frequentado. Notório é também o número de pessoas que não tem qualquer nível de instrução – 1352 homens e 2 560 mulheres – e o número de pessoas que continuou os estudos após a escolaridade obrigatória – apenas 1 902.

A diferença entre homens e mulheres também merece destaque, pois é notória a desvantagem das mulheres. Só com o ensino superior é que há mais mulheres que homens. A par disto, a taxa de analfabetismo (16,9%) é bastante mais elevada comparativamente à unidade territorial do Baixo Mondego (9,4%) (censos 2001).

Os baixos níveis de escolaridade juntamente com uma população envelhecida têm repercussões no contexto do mercado de trabalho. Com efeito, a taxa da população activa no concelho de Soure, tendo por base os censos de 2001, é de 40,5%, sendo que é na Granja do Ulmeiro que o valor é mais elevado (45,3%). Contudo, relativamente à taxa de desemprego, em 2001 era de 6,5%, afectando mais as mulheres e os grupos etários dos 25 aos 44 anos e os mais de 55 anos, sendo que face à situação socioeconómica actual poderá ser bastante mais elevada.

Relativamente aos/às beneficiários/as do RSI – Rendimento Social de Inserção, analisando o quadro seguinte (nº 6), são as mulheres e as pessoas de ambos os sexos com menos de 25 anos e 55 e mais anos que recorrem mais a esta ajuda.

**Quadro 6 – Beneficiários/as do RSI segundo sexo e idade - 2007
(concelho de Soure)**

Ano	Total	Sexo		Idade			
		Homens	Mulheres	Menos de 25 anos	25-30 anos	40-54 anos	55 e mais anos
2007	329	153	176	111	50	58	110

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro 2007

Todos estes indicadores são fundamentais para ter em conta aquando de uma aproximação mais local e de desenvolvimento de projectos. Só assim se conseguirá trabalhar com a comunidade satisfazendo as suas necessidades.

1.2 - CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

É neste concelho e, especificamente, na freguesia da Granja do Ulmeiro que se localiza a associação AJPaz. Para percebermos o seu funcionamento e o modo de trabalho nos dias que correm é importante recuar na história e aos princípios ideológicos fundadores deste percurso de existência.

O movimento europeu Youth Action for Peace nasceu em 1923 e “A história fundacional do YAP diz que durante a Primeira Guerra Mundial, alguns jovens soldados da Alemanha e da França, que lutavam na frente de guerra, foram convidados para se encontrarem numa Igreja para celebrarem o Natal juntos.

Depois deste encontro, voltaram para a linha de guerra e tiveram de disparar uns contra os outros, sob ordens de comando dos seus superiores. A história também diz que alguns destes jovens soldados, antes de retornarem às trincheiras, prometeram uns aos outros parar de disparar, e resolveram desertar e começar um movimento que almejaria a Paz para toda a Europa. Este pequeno grupo de desertores auto-proclamou-se como ‘Chevaliers de la Paix’ (‘Cavaleiros da Paz’) e a sua convicção principal era a seguinte:

«Não podemos disparar contra alguém ou matar alguém que conhecemos e que se tornou nossa amiga!» ” (Site AJPaz).

Contudo, a missão destes cavaleiros não teve grande sucesso, até porque uma outra guerra rebentaria na Europa anos mais tarde. No entanto, não pararam com as suas actividades e durante a segunda Guerra Mundial adoptaram um outro nome – Christian Movement for Peace (CMP)/Movimento Cristão para a Paz (MCP) – alargando a sua rede de amigos e tornando-se cada vez mais internacional.

A construção da Paz nunca foi uma questão pessoal, nem nunca se baseou apenas em emoções e amizades. O Movimento assumiu a Paz como um problema estrutural das sociedades e a acção positiva em seu favor teria que combater qualquer opressor e ser encarada como uma actividade de prevenção de conflitos. O principal modo encontrado, e que era por vezes arriscado, foi a tomada de posições públicas em relação a regimes políticos e a tentativa de coerência ideológica, através da acção directa. Este discurso/acção pela Paz defende, cada vez com maior firmeza que a guerra é a irracionalidade da ambição pela dominação sobre os povos e a natureza, do sistema societal em que vivemos hoje. (...)

Após a queda do Muro de Berlim, em 1989, a Hungria, a Roménia, a Letónia, a Rússia e a Ucrânia aderiram ao Movimento, que não resistiu à entrada de tantas novas e múltiplas identidades, e que acabou por mudar o seu nome para 'Acção Jovem para a Paz', depois de mais dez anos de discussão e de debate (começados muito antes da Queda do Muro de Berlim), sobre a nossa especificidade e a nossa missão neste Mundo sempre tão novo e tão complexo. (Site AJPaz).

Em Portugal, desde os anos 70, tempo de ditadura e guerra colonial, que um grupo de jovens estudantes se reunia clandestinamente e em casa de uns, nas garagens de outros e depois numa residência universitária em Coimbra. Este grupo de jovens procurava apoiar os países em guerra ou em situação de conflito e ao frequentarem campos de trabalho internacionais e de alguns elementos terem a possibilidade de viajar, trouxe-lhes a mais-valia de viverem determinadas experiências que no nosso país não eram possíveis. Daí a vontade de fazer algo no seu próprio país ser cada vez maior. Mais ou menos em 1973 arranjam um pequeno espaço na Sé Nova. Depois do 25 de Abril as coisas tornaram-se ligeiramente mais fáceis, o próprio governo começou a desenvolver iniciativas de apoio à juventude. Havia assim uma necessidade de formalização do grupo para poderem ter acesso a determinados financiamentos e terem melhores condições de trabalho (local de trabalho era imensamente pequeno).

Os estatutos da AJPaz foram publicados em Diário da República em 1987. Mais tarde, em 1990, um dos sócios da associação fez uma doação de um terreno, onde se situa a actual sede, e com o apoio de toda a comunidade, autarquias locais, campos de trabalho e voluntários, a infra-estrutura foi construída. O grupo de jovens deslocou-se

para a Granja do Ulmeiro em 2000, a casa ainda não estava acabada, tendo começado o seu funcionamento pleno nos anos de 2002/2003. A razão porque se deslocaram para este território foi em busca de enraizamento popular, uma vez que nunca se fixavam muito tempo num mesmo sítio e também por alguns conhecimentos de colegas que tinham na zona.

Apesar de estarem sempre mais vocacionados para as questões dos jovens, por detrás destes, estavam famílias, questões de justiça, etc., que levaram a outro tipo de intervenção, isto é, ao longo dos últimos anos a AJPaz depara-se com outras realidades e transformações.

Durante muitos anos, definimo-nos como pacifistas e mantivemo-nos essencialmente ligadas/os à juventude, enquanto actor e enquanto público. Hoje, as nossas reflexões e as nossas opções ampliaram as raízes onde estão ancoradas a identidade e a intervenção da AJPaz. Por isso, a juventude não é mais suficiente para nos descrever e nos apresentar ao Mundo. Neste momento, mais do que mudar um nome, podemos afirmar que cada vez mais as nossas convicções nos identificam com um carácter pacifista e feminista e são estas as principais lutas travadas no nosso dia-a-dia. (Site AJPaz).

Daí, desde 2005, a sua designação actual é de AJPaz – *Acção para a Justiça e Paz*.

Deste modo, a AJPaz é uma associação de cariz não governamental que desenvolve o seu trabalho promovendo o diálogo entre feminismo, paz e desmilitarização; reforçando as acções de luta contra a pobreza e contra a violência e desenvolvendo laços contra-hegemónicos entre o local e o global. Constitui-se assim como um mecanismo de internacionalização e de solidariedade.

A AJPaz Tem como principais objectivos:

- *Construir uma Cultura da Paz*
- *Pensar alternativas económicas e solidárias*
- *Contribuir para garantir uma subsistência digna de todas as pessoas*
- *Re-inventar os papéis e as relações sociais para que a paridade e a igualdade co-existam com o direito à diferença*
- *Desconstruir as lógicas patriarcais de naturalização e de legitimação da violência*
- *Re-tecer a densidade e a intensidade da democracia, quer nas suas formas, quer nos seus conteúdos*

(Site AJPaz)

As principais actividades desenvolvidas e a desenvolver pela associação são: assembleias comunitárias, balcões dos direitos – centros de recursos, oficinas de educação para o desenvolvimento, campanhas internacionais de solidariedade e consciencialização, campos de trabalho internacionais, formação nacional e internacional em educação para os direitos humanos, formação profissional, intercâmbios e visitas de estudo nacionais e internacionais, mercados solidários e redes de trocas solidárias, roteiros e exposições pedagógicas, acolhimento e orientação de estágios profissionais e curriculares. (AJPaz, 2009, Panfleto de divulgação da associação).

Na prossecução de todo este trabalho há uma direcção composta por pessoas voluntárias, num total de sete e, diariamente, trabalham um técnico e seis técnicas Animador/as Socioeducativo/as e uma Administrativa; para além de todo um conjunto de voluntários(as)/estagiários(as) que ajudam, apoiam e acompanham com muito empenho as acções da AJPaz.

A AJPaz desenvolve vários projectos contudo, considero que apenas três sejam importantes para referir aqui, pois foram aqueles em que mais ajudei e acompanhei de perto.

Em primeiro lugar, o projecto “*Elas no Norte e no Sul – Mulheres no Desenvolvimento*”, que desenvolve o seu trabalho no âmbito da educação e cooperação para o desenvolvimento, procurando a afirmação do papel da mulher nas dinâmicas de desenvolvimento local, tendo como principais objectivos:

- *Sensibilizar a sociedade para o papel e contributo das mulheres no desenvolvimento global;*
- *Promover a integração do mainstreaming de género na cooperação portuguesa;*
- *Apoiar a cooperação descentralizada e directa entre comunidades locais do Norte e do Sul.*

(AJPaz, 2009, Panfleto de divulgação do projecto)

A população-alvo deste projecto é constituída pelas mulheres de zonas rurais e líderes ou referências comunitárias – agricultoras, pequenas empresárias, artesãs, dirigentes associativas; pelos agentes de desenvolvimento – instituições, organismos e organizações públicas e privadas dos vários países; e pela comunidade em geral.

Para a realização deste projecto desenvolvem-se oficinas de sensibilização e capacitação dirigidas a mulheres do concelho de Soure, editam-se publicações temáticas para técnicos/as de desenvolvimento (cadernos e folhetos pedagógicos sobre as temáticas abordadas e o trabalho realizado pelas mulheres) e criam-se redes de intercâmbios de conhecimentos e informação entre mulheres das diferentes comunidades e países envolvidos no projecto.

Em segundo lugar, o projecto “*Lider@: Dinâmicas de Sustentabilidade Local Lideradas por Mulheres*”, que trabalha no âmbito das economias solidárias, democracia participativa e igualdade de género e que tem como principais objectivos:

- *Promover espaços de protagonismo social e público das Mulheres;*
- *Trazer para a sustentabilidade dos territórios as mulheres, as suas preocupações e desafios;*
- *Suscitar novas relações entre mulheres e homens assentes no respeito, na não-violência e na visibilidade equitativa;*
- *Consolidar espaços de governação partilhada dos territórios, identificando problemas e potencialidades;*
- *Implementar um conceito inovador de valorização dos produtos e saberes endógenos;*
- *Promover espaços de aprendizagem cooperativa de partilha do mundo e de valorização da diversidade.*

(AJPaz, 2009, Panfleto de divulgação do projecto)

A população-alvo deste projecto é constituída por mulheres; população em geral; autarcas locais e profissionais de ONG.

Para o desenvolvimento deste projecto são realizados seminários, assembleias comunitárias e mercados solidários, oficinas (sobre mercados solidários, tertúlias, oficinas de troca de saberes) e constroem-se materiais pedagógicos sobre as temáticas em análise.

A par do projecto *Lider@* e de todo um percurso reflexivo sobre o seu desenvolvimento e aplicação prática, acompanhei também o projecto “*Mercearia Solidária*”, no qual as minhas forças e energias se focalizaram mais.

“O Projecto “*Mercearia Solidária*” é um projecto assente nos pressupostos das Economias Solidárias, que irá contribuir para a sustentabilidade dos territórios através da criação de uma **infra-estrutura** socioeconómica **inovadora** em Portugal, que

promoverá o **empreendedorismo** local, em especial o feminino, e a criação de parcerias territoriais de prevenção e combate à pobreza e à exclusão social.

O projecto mercearia solidária contará com dois espaços basilares, complementares entre si. São eles o Local de Troca de Produtos/Serviços Endógenos/ – Mercearia – e a Lojita da Pessoa Cidadã. Este projecto, criará um recurso local de funcionamento contínuo, complementar aos Mercados Solidários que a AJPaz desde há alguns anos tem vindo a promover um pouco por todo o Concelho de Soure, que trará inovação na forma de prevenção e eliminação da pobreza. Pretende-se um espaço que conjugará a dimensão da economia solidária com outras actividades complementares e fundamentais ao sucesso desta experiência, como sejam a informação, formação, educação para a cidadania, empreendedorismo, empregabilidade, igualdade de género, diversidade e não-discriminação, e criação de pequenos negócios.” (AJPaz, Ficha de Projecto Mercearia Solidária, 2009). Os destinatários do projecto são famílias na rota da pobreza, agricultores/as, profissionais diversos/as que possam produzir os seus produtos e serviços para trocarem, bem como todas as famílias/pessoas/população em geral da Granja do Ulmeiro e concelho de Soure beneficiárias da mercearia.

Assim, este projecto tem como objectivos gerais:

- *Prevenir e combater a exclusão social na freguesia da Granja do Ulmeiro;*
- *Promover o desenvolvimento comunitário da população local de forma sustentável;*
- *Contribuir para um incremento efectivo na qualidade de vida da comunidade;*
- *Facilitar, à comunidade local, o acesso à informação e à formação.*

(AJPaz, Resumo do Projecto Mercearia Solidária, 2009)

Após a apresentação da AJPaz torna-se importante focalizar os contributos teóricos para este trabalho e que estão relacionados com a intervenção da própria associação e com os objectivos a que me propus chegar.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MERCADOS SOLIDÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

O sistema capitalista vigente tem sido fortemente colocado em causa e desafiado constantemente. Prova disso tem sido um vasto conjunto de mecanismos e estruturas que lutam contra este sistema¹.

A procura de superação dos princípios predatórios do sistema capitalista leva a que novos valores e práticas sejam desejáveis. Cattani, por exemplo, expressa do seguinte modo esta ideia:

A construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações de produção capitalistas. Nestas, os termos associados são concorrência, exploração, acumulação compulsória, exclusão. A *outra economia* é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. (Cattani, 2009: 7).

Este tipo de economia, baseado no princípio da solidariedade, e a construção de sistemas de protecção social foram relativa e progressivamente abandonados outrora, o que levou ao impulso capitalista. No entanto, em 1960-1970 com movimentos contestatários dos estragos do progresso, dos efeitos perversos do trabalho alienado e de um consumo de massa, juntamente com uma mundialização governada por políticas neoliberais sinónimas de desregulamentação e de mercantilização crescente das actividades sociais, fez com que a dinâmica solidária no seio da economia reencontrasse o seu vigor (Laville e Genauto, s.d.: 1).

¹ “De facto, a história do capitalismo, desde o seu aparecimento no que Wallerstein (1979) designou por «longo século XVI», é também a história das lutas de resistência e da crítica contra esses valores e práticas. Desde a luta dos camponeses ingleses contra a sua integração forçada nas fábricas protocapitalistas, provocada pela apropriação privada das terras comunais, no século XVIII, até às lutas contemporâneas das comunidades indígenas nos países semiperiféricos e periféricos contra a exploração dos seus territórios ancestrais, passando por todo o tipo de movimentos operários, o capitalismo tem sido constantemente confrontado e desafiado.” (Santos e César, 2004: 21).

Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez afirmam que o “renascimento do activismo por uma globalização contra hegemónica” teve um grande contributo para a mudança da atitude relativamente à forma de visualização de novas alternativas económicas, nomeadamente, com iniciativas como o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil (Santos e César, 2004: 22).

Um exemplo dessas alternativas económicas, dessa *outra economia* é a designada *Economia Solidária*, emergente nos anos 90 na América Latina, “(...) é uma forma de economia que aposta na produção de bem-estar colectivo, em detrimento da acumulação de riqueza em poucas mãos. As pessoas envolvidas ajudam-se mutuamente, procuram uma justa distribuição do lucro e promovem a participação activa de todos os elementos, com vista a um funcionamento social solidário e democrático.” (Soares, 2008: 35).

As situações como, por exemplo, as desigualdades sociais e o desemprego, tornaram-se uma constante aflitiva para as pessoas que vêem as suas vidas cada vez mais complicadas ao nível económico e social, procurando intensivamente respostas e formas alternativas organizacionais. A solidariedade é “(...) um dos atributos que cientistas sociais associam a estas dinâmicas emergentes e economia solidária é uma expressão que se está a afirmar em muito lado para designar estas formas – velhas ou novas – de satisfazer as necessidades económicas e de existência sem passar pelo mercado ou pela sua lógica competitiva. (...)

E, estando ainda em curso o amadurecimento desse conceito, compreende-se que alguns o identifiquem como a economia social, tal como esta é entendida na Europa, nomeadamente, pelas instâncias da União Europeia. No mesmo sentido, no caso português, a economia solidária pode ser encarada como correspondendo, no essencial, ao “sector cooperativo social”, previsto na Constituição como distinto, quer do sector público, quer do privado.” (Hespanha e Rui, 2009: 3).

Ao longo deste trabalho optámos por utilizar o conceito de economia solidária e não de terceiro sector ou economia social, uma vez que os mecanismos alternativos solidários que vamos abordar se enquadram mais nas questões de utilidade social, solidariedade e interesse colectivo, característicos da economia solidária, segundo é defendido por Laville (2009: 42). Este conceito vai mais além da noção de sector sem fins lucrativos/terceiro sector, que não é tão caracterizado pela democracia nas organizações e não questiona a dimensão estrutural das desigualdades e das

transformações sociais necessárias à sua superação como defende Gaiger (2009: 85), apesar de não deixar de haver algumas correspondências como, por exemplo, autonomia institucional e criação de redes; e apesar de poder ser encarado como um conceito sinónimo de economia social, já que ambas não têm o lucro como motivação, como defende o autor Rui Namorado (2009: 65-66).

Assim,

(...) ela surge no contexto do capitalismo para aí agir, mas não como um dos seus instrumentos. Não tem que se habituar a um ambiente de mercado, porque ela própria nasceu nesse contexto, embora partes de algumas das suas constelações funcionem ao arrepio da lógica de mercado. Portanto, pode dizer-se que a economia solidária funciona dentro do capitalismo, embora obedeça a uma lógica distinta da lógica capitalista. (Não deixando por isso de se caracterizar como parte de um) horizonte pós-capitalista, (daí que metaforicamente) a economia solidária tem os pés bem assentes no presente, mas a cabeça no futuro. Assim, está naturalmente impregnada por uma ambição de alternatividade em face ao capitalismo, assumindo-se, de algum modo, como um pós-capitalismo antecipado. (Namorado, 2009: 69).

Laville define a economia solidária pela sua articulação das dimensões política e económica. A primeira dimensão correspondendo a um conjunto de “iniciativas da sociedade civil derivadas do espaço público”, isto é, a uma hibridização entre democracias participativa e representativa; e a segunda ao “impulso solidário por reciprocidade igualitária”, isto é, a uma hibridização entre economias não monetária, não mercantil e mercantil, entre reciprocidade, redistribuição e mercado (Laville, 2009: 43).

Deste modo, a economia solidária tem as suas potencialidades e fragilidades. Como potencialidades: apesar de incorporar uma energia futurante, tem vocação para responder com rapidez a estímulos próximos; o seu enraizamento territorial é extremamente relevante para processos de desenvolvimento local; induz consequências positivas para a sociedade, pois produz bens, presta serviços, promove coesão social e criatividade pessoal (Namorado, 2009: 65, 72); através de um consumo solidário procura-se a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, combatendo a exclusão social e a degradação ambiental (Mance, 2009: 75); ao se afastar da “lei férrea da acumulação ampliada”, a economia solidária desenvolve-se em sectores de baixo interesse para o mercado, mas de grande importância social, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção (Laville e Luiz, 2009: 167).

Como fragilidades: a falta de sentimento de pertença da grande maioria das entidades da economia solidária, e dos seus protagonistas individuais, a uma rede mais alargada, isto é, a um conjunto de organizações da economia solidária em que se promovem relações de interdependência mas também de autonomia relativa; o facto de desenhar-se como uma ambição alternativa está, deste modo, “integrada em qualquer horizonte que reflecta uma mudança radical na sociedade, rumo a um pós-capitalismo emancipatório e solidário” (Namorado, 2009: 67); ao estar dependente da participação cidadã, corre um risco fatal que é “a perda do seu espírito associativo e a sua consequente degeneração” (Laville e Luiz, 2009: 166).

2.2 - MERCADOS SOLIDÁRIOS

Relacionados com a economia solidária estão os designados “sistemas locais de troca”. As primeiras iniciativas de troca de bens e serviços através de uma contabilidade interna, realizada na sua própria moeda, surgiram formalmente em 1983 após vários anos de planeamento e gestão sob a forma desses sistemas locais de troca. Estas iniciativas precedem os primeiros anos de trabalhos na economia social. Ao longo dos tempos, as associações que desenvolvem e apoiam estas trocas têm surgido em vários países, principalmente, no ocidente (Blanc, Cyrille e Gilles, 2003: 101).

Neste seguimento existem também os mercados solidários, um espaço de trocas com recurso a moeda social. Para ultrapassar a concentração do dinheiro em poucas mãos, estas diferentes experiências criaram a moeda social como forma de devolver ao dinheiro a sua função inicial de facilitador do intercâmbio entre as pessoas, entre produtores/as e consumidores/as. Não se pense que esta é uma forma de regressão, mas antes uma superação dos impasses do sistema financeiro internacional, que desvia o dinheiro da produção e o canaliza para a especulação (Soares, 2008: 36).

Desde os anos 80, do século XX, que muitas comunidades vêm nesta ferramenta uma forma de ultrapassar as suas próprias dificuldades económicas, assim como alcançar um nível mais igualitário de troca de produtos e/ou serviços.

Existiram e existem algumas experiências de mercados solidários em Portugal. Após a presença da AJPaz no Fórum Social Mundial no Brasil – Porto Alegre de 2001 e de 2003, viram-se grandes potencialidades nestes mercados e, anos mais tarde, a 29 de Abril de 2006, a AJPaz levou a cabo a realização da primeira experiência de mercado solidário junto da comunidade da Granja do Ulmeiro, continuando a realizá-lo mais ou

menos de dois em dois meses até ao ano presente. No mesmo ano, no seguimento e com o apoio da AJPaz, era a vez da Associação In Loco a fazer o primeiro mercado solidário (29 de Julho de 2006), tendo realizado seis edições até ao ano de 2008. Entretanto, surgiu o projecto Solidariedade Cidadã que dinamizou os mercados junto de várias Escolas Superiores de Educação nos anos de 2008 e 2009. Por fim, a AJPaz em parceria com algumas entidades locais têm impulsionado a realização de mercados solidários em Samuel e em Soure, contando cada uma destas freguesias com duas edições de mercados nos anos de 2008 e 2009.

Segundo as autoras Cunha e Celina, os mercados solidários:

Propõem formas alternativas e mais justas de fazer as trocas e assegurar às pessoas um rendimento e o acesso ao consumo. Ajudando a garantir às pessoas rendimentos, consumo e qualidade de vida, garante-se também a sua participação activa para uma vida digna, revitalizando-se assim as comunidades em dinâmicas democráticas, participativas e inclusivas. (Cunha e Celina, 2008: 103).

As pessoas que participam nestes mercados solidários têm que trocar entre si bens e serviços da sua própria autoria, isto é, que produzem ou prestam tendo, por isso, um cunho bastante pessoal. Deste modo, todos/as podem participar desde que sejam produtores/as e consumidores/as, isto é, prossumidores/as. Quantas mais pessoas participarem, mais variedade de produtos vai existir e mais atractivas se tornam as trocas.

Essa participação é facilitada pela moeda social que tem como principais características: *garantir o acesso, de forma equitativa, aos produtos e bens*, isto é, o uso da moeda social permite ultrapassar duas limitações pela simples troca directa: nem sempre quem necessita de alguma coisa pode oferecer algo em troca à mesma pessoa que produz aquilo de que necessita e nem sempre os bens e serviços trocados têm valor equivalente (Soares, 2008: 81); *facilitar as trocas dos mesmos e valorizar as capacidades e competências dos prossumidores/as de uma dada comunidade* pois, e de acordo com Quijano (1998) e Friedman (1992), estas actividades de trocas, como sejam a preparação colectiva de alimentos e o cultivo de subsistência, reforçam os mecanismos de reciprocidade nas comunidades e permitem que os seus membros acedam a bens e serviços que a sua pobreza lhes impede de adquirir no mercado (cit. por Santos e César, 2004: 41). Deste modo, “a moeda social incorpora valores como interdependência e corresponsabilidade, na medida em que as pessoas produzem para o benefício de uma comunidade e é nessa relação que adquirem a moeda que lhes

permite consumir o que precisam ou desejam.” (Frade, 2008: 108). Esta moeda permite ainda o reforço da identidade e coesão de uma dada comunidade através do nome adoptado, por exemplo, na Granja do Ulmeiro são as “granjas”.

Muito mais do que as características de foro prático e organizacional, com estes mercados promove-se a igualdade, a sustentabilidade das populações, a luta contra a pobreza e a luta contra a exclusão social (Frade, 2008: 107).

“Os Mercados Solidários são assim estratégias de desenvolvimento socioeconómico que privilegiam a autonomia e o potencial endógeno das comunidades. Ao mesmo tempo que estes acontecem e crescem, aumenta também a dignidade e qualidade de vida das pessoas, a capacidade de participação, a intensidade da democracia, o respeito pelo entorno, a reinvenção de identidades.” (Cunha e Celina, 2008: 103).

É deste modo que os mercados solidários se tornam uma ferramenta económica não-capitalista em escala de proximidade, subjacente à economia solidária.

2.3 - MERCEARIAS SOLIDÁRIAS

As mercearias solidárias surgem, enquanto conceito, nos anos 80, como um mecanismo da economia solidária. Em França, como em outros países, várias designações eram atribuídas a esta alternativa: “mercearia social”, “serviço gratuito de alimentos”, “espaço livre social”; “espaço de solidariedade, aconselhamento nutricional e de livre comércio”, mas todas elas têm o mesmo objectivo – trabalhar com o/a beneficiário/a para a sua reinserção. A expectativa das populações desfavorecidas vai muito além da simples necessidade de se alimentar, mas também de se sentir parte da sociedade, participando em actividades socioculturais, contribuindo para o seu bem-estar e convivendo com a restante comunidade (Macadam, 2005: 3). Daí que estas mercearias contem não só com um espaço de trocas/consumo mas também com um espaço de convívio/informação com o intuito de criação de laços sociais, apoio às famílias, formação, etc.

Nos anos 90 surgem as primeiras infra-estruturas de mercearias sociais disponibilizando vários produtos/bens/alimentos na tentativa de ajudar a colmatar situações como as de pobreza. Estas alternativas fornecem os produtos/bens/alimentos com valores bastante mais baixos que num mercado normal, tornando-os mais

acessíveis às pessoas com mais dificuldades. Tendo objectivos comuns, estas mercearias diferem muito quanto aos seus modos de funcionamento pois cada uma delas depende, umas mais que outras, de financiamentos externos, das políticas sociais locais, do dinamismo da equipa dinamizadora, dos prossumidores/as e das suas expectativas.

Tornar-se beneficiário/a de uma estrutura como esta é nestes casos, particularmente em França, decidido com base em alguns critérios como, por exemplo, pela renda da casa ou pelo número de pessoas que compõe o agregado ou então, pela atribuição de um crédito ou pelo compromisso em participar em determinadas actividades/projectos locais.

A criação de uma mercearia solidária corresponde a uma necessidade local e cada entidade tem que procurar resolver a questão do aprovisionamento/abastecimento da melhor maneira, procurando estabelecer parcerias com agentes agro-alimentares, uma vez que os seus principais fornecedores são supermercados. Isto é de facto importante, porque podem fornecer produtos além dos produtos locais mais comuns. Por outro lado, há também que proceder à atribuição de valor dos produtos que chegam e ter algumas regras de higiene. Têm também de enfrentar alguns problemas relativamente à manutenção dos alimentos, uma vez que alguns deles são produtos frescos. Um dos riscos que estas estruturas correm é verem-se perante produtos que não são adequados às necessidades das pessoas ou havendo pouca variedade de produtos.

A população-alvo destas mercearias é variada e está constantemente a mudar. Além das famílias monoparentais, surge uma nova população composta por jovens com menos de 25 anos e em desagregação familiar, pessoas com salários baixos e ainda famílias endividadas (Macadam, 2005: 4).

Para além de tudo isto, estes mecanismos sobrevivem muito à base de uma rede de voluntários/as. O/a voluntário/a deve ter um papel versátil, deve saber acolher e ouvir o/a beneficiário/a que chega até à mercearia, deve acompanhar todo o seu processo, percebendo quais as suas maiores dificuldades e necessidades de forma a ajudá-lo/a a colmatá-las (Macadam, 2005: 5).

Assim, como forma de ultrapassar as convicções menos positivas face às potencialidades da economia solidária e das alternativas apresentadas anteriormente, os mercados e as mercearias, Santos e César defendem que:

Se o único critério de avaliação do êxito das alternativas não capitalistas é a transformação radical da sociedade no curto prazo, mediante a substituição do capitalismo por um novo sistema de produção, então nenhuma das alternativas que temos discutido vale a pena.

As alternativas de que dispomos implicam transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista. Para quem nelas participa, as alternativas deste tipo implicam transformações fundamentais das suas condições de vida. (Santos e César, 2004: 61).

São todos estes princípios que estão na base da criação do projecto mercearia solidária que a AJPaz tem vindo a desenvolver e que explicarei detalhadamente mais à frente.

2.4 - REDES LOCAIS

Tudo o que descrevemos anteriormente sobre as duas alternativas solidárias, mercados e mercearia, não pode deixar de ser articulado com o facto de que estas e todo o trabalho que estas envolvem, são resultado e fazem parte de redes sociais, pois envolvem pessoas, atitudes, valores, crenças, etc., que estão em relação constante. Breno Fontes e Sílvia Portugal, por exemplo, defendem que:

Uma rede social pode ser definida como “um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” (Mercklé, 2004, p.4). As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, tais como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interacção face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas. (Fontes e Sílvia, 2009: 284).

As relações e interacções entre os vários elementos da rede são essenciais para a análise das redes sociais locais e para as iniciativas solidárias apresentadas, pois as redes locais de economia solidária permitem o desenvolvimento de uma relação de partilha e de proximidade entre produtores/as, prestadores/as de serviços e consumidores/as locais, sendo fundamentais para a sustentabilidade das comunidades e dos recursos endógenos disponíveis. Os produtos e saberes locais aumentam o seu valor social ao serem aproveitados e distribuídos dentro da própria comunidade de onde vêm, pois são os produtos locais que mantêm o mundo rural vivo. Neste seguimento, os mercados solidários “(...) enquanto ferramenta de intervenção sócio-económica configuram-se em redes locais que articulam diversos instrumentos

económicos, sociais e educativos numa lógica territorializada tais como: banco do tempo, cooperativas locais, redes de voluntariado, mutualidades, sistemas de educação não-formal e formação das pessoas adultas, mercearias sociais, entre outros.” (Site AJPaz).

As redes locais, tendo como base estes princípios organizativos, actuam no sentido de responder a procuras imediatas da população por trabalho, melhoria do consumo, educação, reafirmação da dignidade humana e do seu direito ao bem-viver, simultaneamente combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. “Começam assim a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida, promovendo um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.” (Mance, 2009: 280-281).

Ainda de acordo com o autor Euclides Mance a noção de “rede de colaboração solidária” é o resultado da:

Reflexão sobre as práticas de actores sociais contemporâneos, compreendidas sob a óptica da teoria da complexidade e da filosofia da libertação. Enquanto categoria analítica, denota a existência de conexões entre os empreendimentos e iniciativas criativas de economia solidária e a circulação colaborativa entre eles de informações, valores e materiais. Seus fluxos podem ser realimentados de maneira centralizada, descentralizada ou distribuída, embora sua formação seja sempre complexa, realimentando simultaneamente fluxos de diversos tipos. (Mance, 2009: 278-279).

Este tipo de rede fomenta a solidariedade, isto é, promove a igualdade entre todos e todas, e onde cada pessoa possa participar por melhores condições de vida e de liberdade pública. Ao potenciar essa liberdade garante às pessoas o acesso e usufruto a condições materiais, informativas e educativas para uma existência solidária (Mance, 2009: 282-283).

Deste modo, as redes de economia solidária constituem-se como estratégia de cooperação para o desenvolvimento local, como afirmam os autores Genauto Filho e Eduardo Cunha:

Ao induzir a constituição de circuitos próprios de comercialização e produção, tais redes criam essa nova modalidade de regulação económica, o que supõe outro modo de funcionamento da economia real. Nesta outra economia, a competição como princípio regulador da relação entre os agentes perde sentido, pois a construção da oferta é articulada às demandas previamente colocadas em determinado contexto territorial (Filho e Eduardo, 2009: 225).

O enraizamento territorial da economia solidária

(...) faz dela um dos parceiros mais críveis nos processos de desenvolvimento local, mas a sua identidade socialmente radicada projecta-a planetariamente. A sua plasticidade organizativa permite-lhe ser ágil e rápida perante os problemas que enfrenta, mas insere-se com naturalidade nas grandes narrativas históricas. (Namorado, 2009: 77).

Assim, as redes locais solidárias territorializadas e promotoras da participação pública constituem um ponto-chave na sustentabilidade do desenvolvimento local.

2.5 - DESENVOLVIMENTO LOCAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÉNERO

Os processos de desenvolvimento local e a economia solidária estão estritamente relacionados, tendo grandes potencialidades estratégicas.

O conceito de desenvolvimento local afirmou-se cientificamente a partir dos finais dos anos 70 e teve o seu reconhecimento político-institucional a partir dos anos 90, tendo sido estes dois momentos importantes para conferir a sua validade e utilidade na sociedade contemporânea dos últimos 30 anos (Amaro, 2009: 108).

O desenvolvimento local impregnado pela economia solidária é visto como uma possível alternativa para deixar de ser apenas um processo de requalificação de regiões deprimidas, mas para passar a ser também um ponto de partida para uma verdadeira renovação social (Namorado, 2009: 73).

Este tipo de desenvolvimento, considerado por muitos como desenvolvimento alternativo, tem por base valores de igualdade e de cidadania, promovendo a inclusão plena dos sectores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento (Santos e César, 2004: 40).

Perante as formas de dinamização económica solidária, e os seus instrumentos já anteriormente referidos, e de desenvolvimento local, de realização e concretização de uma outra economia, levanta-se a questão do papel que os cidadãos têm ou deveriam ter nestas temáticas. A igualdade de acesso a estes mecanismos económicos alternativos tem de ser garantida, o que nem sempre acontece. As questões das esferas públicas e privadas são aqui importantes, isto é, têm-se desenvolvido ao longo dos vários anos barreiras à participação das mulheres nos processos, por exemplo, ao nível político. Este nível é considerado como sendo privilegiado do sexo masculino, uma vez que estamos a abordar um domínio público, por outro lado, as mulheres

devem-se restringir às actividades no lar, isto é, ao domínio privado (Brody, 2009: 26). A subalternização das mulheres ao nível político e nos centros de decisão fez e tem feito com que as organizações da sociedade civil denunciem esta situação, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária (Lopes, 2008: 36).

As mulheres vêem-se confrontadas com a necessidade de articular as suas tarefas do domínio privado, com o emprego e a participação social, sendo as mais vulneráveis ao desemprego, a rendimentos e reconhecimento inferiores, são excluídas mais facilmente e vêem as suas dificuldades económicas mais difíceis de resolver e ultrapassar.

Deste modo, se se está a trabalhar com base em valores de igualdade há que trabalhar e reflectir sobre as desigualdades entre homens e mulheres nos processos e nas estratégias de desenvolvimento local e comunitário, pois

(...) as iniciativas de produção alternativa alimentam-se, e contribuem para o impulso, das lutas contra a sociedade patriarcal. Uma vez que as mulheres não são apenas objecto de opressão de género mas, sim, as principais vítimas de exploração e de marginalização económica, as iniciativas e teorias sobre economias alternativas não podem avançar sem a participação destacada das mulheres. (Santos e César, 2004: 60).

Muitos estudos sobre o desenvolvimento têm por base estereótipos de género, por exemplo, a ideia de que só os homens são produtores. Mas em contrapartida, surgem contra-estereótipos, tais como o da “produtora africana e seu esposo preguiçoso”, isto é, até aos anos 70 nos estudos sobre o desenvolvimento, os produtores eram apenas homens e as mulheres não passavam de esposas que contribuíam menos que os seus maridos nos trabalhos agrícolas, o que levou a que surgisse esse contra-estereótipo, um tanto ou quanto exagerado, de que o homem africano preguiçoso se aproveitava do trabalho da mulher africana que produzia toda a colheita de alimentos. Exagerado, porque apesar de tal se registar em algumas famílias e comunidades, não havia dados substanciais para mostrar o quão disseminada era essa situação.

Contudo, estas imagens têm sido extremamente importantes para mudar as concepções sobre género e exigir mais recursos para as mulheres (Jolly, 2004: 1). Algumas dessas imagens têm conduzido à criação de “mitos de género” e apesar desses mitos ajudarem a algumas mudanças positivas, por vezes, estes trazem alguns riscos. Deste modo, é importante reflectir sobre como mudar alguns dos estereótipos com a finalidade de alcançar a equidade de género.

As desigualdades de género são muito visíveis ao nível económico, político, social, cultural e ético. Contudo, a mulheres têm sido cada vez mais consideradas como “factores-chave”, como um foco de energia para o desenvolvimento, uma vez que é através da participação pública e social que procuram ultrapassar as explorações e marginalizações a que são sujeitas.

A luta pela integração das mulheres no desenvolvimento vem de longa data, mas nos anos 70 e, tendo por base movimentos feministas do ocidente, a integração das mulheres no desenvolvimento torna-se mais real. Como nos explica Virgínia Ferreira,

“O Movimento Mulheres no Desenvolvimento (*Women in Development* — WID), surgido no princípio da década de 70, junto das Nações Unidas, foi crucial para alertar para o facto de as estratégias de desenvolvimento terem diferentes impactos nos homens e nas mulheres e de fomentarem a degradação da situação destas em vez da sua melhoria. (...) O movimento WID partia da rejeição do estatuto de beneficiárias com necessidades especiais em saúde e bem-estar atribuído às mulheres para lhes reconhecer um estatuto de membros produtivos das sociedades. As mulheres passaram a ser vistas como o *missing link* dos processos de desenvolvimento (Ravazi e Miller, 1995a). (...) Argumentava-se que a negligência do papel das mulheres como produtoras estava na base do insucesso de grande parte das políticas. (...) Pensou-se, então, que o investimento na produtividade das mulheres teria um retorno em termos económicos e sociais — melhorando o acesso das mulheres à tecnologia e ao crédito, a produtividade do seu trabalho aumentaria e isso teria um impacto positivo no desenvolvimento nacional.

Muitos dos projectos destinados às mulheres saíram gorados. Frequentemente os seus objectivos económicos foram convertidos em acções de bem-estar social para as mulheres ou limitaram-se a desenvolver as suas competências em nutrição e em artesanato tradicional, o que fez com que pouco se tivesse conseguido na redução da marginalização económica das mulheres. Com efeito, as medidas preconizadas não tinham em conta as relações de poder entre os sexos, nem a grande interdependência existente entre as actividades dos homens e as das mulheres no assegurar da sobrevivência. (...)

Da crítica às limitações das abordagens e das práticas inspiradas no WID, vai surgir o movimento Gender and Development (GAD). Baseado numa análise das relações sociais de sexo, não toma como ponto de partida argumentos de eficiência dos investimentos, nem de relevância da contribuição das mulheres para o desenvolvimento. As instituições do desenvolvimento são antes instadas a ter em conta as relações sociais de sexo, em ordem a melhorar as políticas e as práticas desenvolvimentistas. Simplesmente entendeu-se que para aumentar a produtividade das mulheres não basta redistribuir recursos, e que, para aumentar a autonomia destas, não basta aumentar o seu acesso a esses recursos (Ravazi e Miller, 1995a). (Ferreira, 2000: 22-23).

Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, assim designado pelas Nações Unidas, esta problemática das mulheres e o desenvolvimento torna-se cada vez mais

disseminada a nível internacional. No entanto, surgem algumas críticas a esta integração das mulheres no desenvolvimento:

- uma crítica operacional: verificou-se ser bastante ineficaz considerar as mulheres isoladamente, porque as mulheres são já parte integrante do desenvolvimento
- uma crítica política: as mulheres estão integradas num modelo de desenvolvimento, em estruturas de produção e de acumulação que as oprime e não lhes reconhece lugar em posição de igualdade com os homens. (Graal, s.d.: 37).

Nos anos 80, torna-se mais visível a junção da perspectiva género e desenvolvimento, tendo prosseguimento as lutas pela igualdade de género na repartição de tarefas, igualdade de participação na identificação dos problemas e das soluções para que se alcancem os interesses da comunidade.

Neste seguimento,

os movimentos e organizações da sociedade civil (seja à escala local, nacional ou internacional) assumem uma importância particular na defesa e promoção dos direitos das mulheres: influenciando as tomadas de decisão ao nível nacional, assegurando o desenvolvimento e implementação de políticas de igualdade e o respeito dos Estados pelos compromissos internacionais, identificando novas prioridades. (Lopes, 2008: 37).

Tendo também as políticas de *gender mainstreaming* uma importância acrescida, uma vez que implica que homens e mulheres estejam envolvidos no planeamento e na realização das políticas de desenvolvimento, de modo a que os interesses e as necessidades de ambos os sexos sejam preenchidos na prática (Lister, 2005: 3).

Deste modo, as organizações da sociedade civil têm um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios e como afirma Virgínia Ferreira:

Passam a ser vistas como tendo um papel fundamental na organização dos sectores mais carenciados das populações, ajudando-os a aumentar as suas capacidades organizativas ou facilitando a formação de grupos. Esta atitude tem mostrado ser uma forte alavanca para a formulação de políticas de igualdade e para a mobilização da sociedade civil. (Ferreira, 2000: 27).

Contudo, são vários os obstáculos à integração igualitária de género nas questões de desenvolvimento e um deles é a própria forma como as entidades actuam nos territórios que nem sempre é a mais adequada. Como refere José Hipólito dos Santos,

Estratégias decalcadas sobre os modelos dos países industrializados (onde, de resto, a pobreza se agrava), impostas pelas grandes organizações internacionais e pelos governos dos países ricos, modelos que, por exemplo na Europa, têm

provocado a destruição quase total ou a destruição do tecido social tradicional a par de uma distribuição de rendimentos escandalosamente injusta. (Santos, 2003: 36).

Este autor, num dos seus trabalhos, neste caso em São Tomé e Príncipe, reflecte sobre a falta de adequação dos técnicos de projectos e políticas aos territórios em que actuam;

(...) é ainda a nível do local que os dirigentes de projectos e políticas, nacionais e os peritos, manifestam com maior clareza as suas concepções de desenvolvimento e de métodos de intervenção e organização, imbuídos de desprezo pela “ignorância” dos habitantes, os seus preconceitos em relação à mulher, o seu elitismo em relação à “cultura ocidental” que os incita a não contemporizar com o subdesenvolvimento.

Claro que tudo isto se encontra oculto, não de uma forma deliberada mas sim como resultado dos sistemas mentais em que assenta a cultura e a ciência desses peritos e dos seus discípulos nacionais. E o discurso humanista, anti-discriminações raciais, sexistas e outras, que debitam ajuda a “embrulhar” a inadequação do que pensam e do que é realizado no terreno.

Romper com estas práticas não é fácil. Mas, dei-me conta que a partir do local é possível provocar todo um conjunto de mudanças, apoiando-se nas pessoas concretas, nas associações, nas empresas e nos serviços públicos locais. (Santos, 2003: 40).

Deste modo, é impensável proporcionar o desenvolvimento de uma determinada comunidade sem se conhecer adequadamente o seu contexto histórico e sociopolítico. Só deste modo é que se alcançarão resultados de sucesso.

A população abrangida pelo projecto em São Tomé e Príncipe passou de uma situação de “assalariados miseráveis sem qualquer qualificação à situação de pequenos agricultores”. Não foi fácil mudar de atitudes e de mentalidade, principalmente, ao nível da iniciativa e de aquisição de hábitos de poupança monetária ou de constituição de stocks para reserva; e mais dificilmente se adquire hábitos de cálculo económico quando os salários são extremamente baixos que não dão para nada. No entanto, procurou-se estimular a iniciativa, o sentido de responsabilidade, uma cultura cívica de cidadania, uma capacidade de raciocínio, importantes para a durabilidade das iniciativas. Esta foi a lógica de trabalho ao longo das acções de formação com as mulheres locais. Neste seguimento,

Não é, pois, de admirar que as mulheres tenham começado por abrir uma pequena loja, dita experimental, partindo de um estudo muito simples – um certo número de produtos essenciais não chegam até às comunidades ou só de forma irregular e a preços exorbitantes.

Procuram então os instrumentos indispensáveis para começar, uma instalação provisória em casa de uma delas e ei-las em acção. (Santos, 2003: 124).

De facto a potencialidade das mulheres é crucial para projectos de desenvolvimento, e tal como este autor defende, surgem como uma “mina insuspeita de energia”:

Quando trabalhamos com mulheres, sabemos que há ali uma mina insuspeita de energia. O problema é saber o que fazer e como para permitir a libertação dessa energia. (...)

Será com base no novo papel que as mulheres virão, estão, a tomar que podemos antecipar que **UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL.**” (Santos, 2003: 193).

A territorialização da economia solidária e o seu impulso, pelo desenvolvimento local, deve ser vista como proporcionadora de mobilização social, isto é, como um processo inter-relacional entre as dimensões económica, política, social e cultural.

Através do desenvolvimento local procura-se a satisfação das necessidades e de melhores condições de vida de uma comunidade local, valorizando as suas competências e capacidades, procurando respostas aos vários problemas com que se deparam através de metodologias participativas (*empowerment*).

2.6 - EMPOWERMENT SOCIAL

O *empowerment* social é uma abordagem muito utilizada pelos técnicos de intervenção nas suas diferentes áreas, é uma abordagem que

Parte do pressuposto que os grupos marginalizados e discriminados na sociedade sofrem de uma falta de poder que os impede de lutar pelos seus direitos e usufruir de benefícios económicos e sociais, assim como de participar nas decisões políticas que interferem nas suas vidas. Para alterar esta situação é necessário que esses grupos aumentem as suas competências e o seu poder. (Fazenda, s.d.: 1).

Deste modo, procura-se a evolução da ideia de autonomia e responsabilidade de cada indivíduo, assim como a tomada de consciência das situações de discriminação e exclusão sociais.

Esta abordagem rejeita todas as formas de assistencialismo, de paternalismo, de excesso de protecção e de tomada de decisões apenas do lado dos profissionais,

(...) visto que o seu objectivo é a autonomia das pessoas desfavorecidas e a sua participação a um nível de igualdade com os técnicos, numa perspectiva de parceria. Isto exige uma mudança de atitude dos profissionais, principalmente em relação à partilha do poder e ao reconhecimento das capacidades dos seus

clientes. (...). O objectivo do *empowerment* é fortalecer em direitos e em participação, grupos, pessoas ou populações sujeitos a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos, e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos. Para atingir este objectivo tem que haver também um processo de distribuição de poder.” (Fazenda, s.d.: 1-2).

Portanto, a estratégia de *empowerment* deve ser feita por pessoas e não só para elas. As pessoas devem participar nas decisões e nos processos que moldam as suas vidas.

Esta estratégia está também muito ligada às questões de género. Deve-se capacitar as mulheres, para fazerem as suas próprias escolhas, seguindo por um caminho mais seguro rumo ao crescimento e desenvolvimento (Oxaal e Sally, 1997: 5).

Daí que, e segundo Virgínia Ferreira:

O *empowerment* pode ser entendido como um processo através do qual as populações e as mulheres em particular, individual ou colectivamente, tomam consciência de como as relações de poder operam nas suas vidas e ganham auto-confiança e capacidade para as desafiar. (Ferreira, 2000: 23).

De acordo com a Oxfam, o *empowerment* é uma forma de desafiar e mudar a opressão e a desigualdade, isto é, procura mudar as formas de opressão que obrigam milhões de pessoas a desempenhar um papel em condições desiguais na sociedade e as formas que negam os seus direitos humanos (Cit. por Oxaal e Sally, 1997: 5).

O que se procura com esta estratégia é desenvolver um projecto de baixo para cima e não de cima para baixo. As ONG permitem e facilitam a construção e o desenvolvimento de um projecto dessa maneira, garantindo que os seus trabalhos apoiem as mulheres.

O fenómeno do empoderamento das mulheres é um fenómeno de transformação social e manifesta-se entre dimensões inter-relacionais, como política, económica, social e cultural. Deste modo, o grande desafio das questões de género é alcançar uma democracia de género e a transformação social do mundo (Fleschenberg, 2008: 130). Indo mais além, pretende-se que as mulheres possam exercer os seus direitos e participar de igual forma nas várias dimensões da vida, alcançando um patamar de tolerância e respeito entre todas as pessoas.

A AJPaz procura esse patamar desenvolvendo projectos comunitários em que a igualdade de género e o empoderamento social é desejado e constantemente trabalhado. Estas temáticas são essenciais no desenvolvimento local, principalmente,

quando se procura uma participação igualitária das pessoas nos vários processos sociais e culturais fundamentais à sustentabilidade da vida em comunidade.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Após este enquadramento chega o ponto de conexão com a prática e com a análise reflexiva da mesma!

Tendo em conta os objectivos dos projectos apresentados no início deste trabalho e as actividades da AJPaz, algumas análises tornam-se necessárias. Isto é, o projecto mercearia solidária é um projecto de continuidade e de melhoria das actividades realizadas (mercados solidários) e para dar continuidade a este trabalho é importante perceber melhor a realidade com que estão a trabalhar e/ou podem vir a trabalhar.

É necessário então alcançar um novo patamar, que será uma *rede de produtores/as e consumidores/as local*, em que a troca de produtos nos mercados solidários não seja apenas uma forma de escoar os excedentes das suas próprias produções, mas que se construa uma rede em que se produza de forma regular e sistematizada.

Deste modo, é necessário proceder à identificação e análise de uma rede de produtores/as já existentes, apenas ao nível da Granja do Ulmeiro, que comecem a disponibilizar os seus produtos na mercearia.

A análise desta rede local, identificá-la e percebê-la, será uma base importante para a efectivação do projecto mercearia solidária e, também, para projectos futuros. A necessidade de análise dessa possível rede local foi desde muito cedo demonstrada pela equipa da AJPaz. Daí que o meu estágio tenha tido como foco principal essa problemática. Muito do meu trabalho foi em prol da tentativa de identificação e compreensão dessa rede.

Comecei, desde logo, por tentar perceber a realidade com que estava a trabalhar e o material que já existia, de forma a sistematizar dados importantes que se encontravam, por exemplo, nos percursos de participação nos mercados solidários, nas fichas de beneficiários/as e nos registos mais antigos do primeiro projecto que dinamizou os mercados (Agito 2005-2007²).

² Mais informações sobre o projecto consultar item *memórias* em: <http://www.ajpaz.org.pt/>

No início do estágio foi importante a pesquisa de documentos de referência como documentos/projectos da AJPaz, textos/livros relacionados com as temáticas a tratar, Carta Educativa e Rede Social do Concelho de Soure.

Inicialmente, foi-me também fornecida uma base existente com alguns dados dos mercados desde Dezembro de 2005 até Agosto de 2008. O objectivo seria, a partir daí, tentar completar a base ao máximo com os dados existentes mas que estavam consideravelmente dispersos. Com uma base mais completa seria mais fácil e mais produtivo percebermos a rede local existente, nomeadamente, ao nível da comunidade da Granja do Ulmeiro.

Mas para compreender melhor a metodologia utilizada pela AJPaz, principalmente este mecanismo alternativo que são os mercados solidários, nada melhor do que estar presente num deles. Deste modo, para começar a inteirar-me melhor sobre o funcionamento destes mercados, ainda antes da data de início do estágio, tive a possibilidade de estar presente em 30 de Julho de 2009 num mercado solidário em Soure. Foi uma primeira grande oportunidade para me integrar nesta iniciativa e encetar os primeiros contactos com a equipa e população local.

Antes de se realizar um mercado é sempre preciso um grande trabalho de preparação, senão as coisas não correm como o previsto, havendo para tal uma divisão de tarefas pela equipa para as coisas fluírem melhor. Fazer parte desta preparação faz-nos sentir cada vez mais integrados nesta alternativa solidária. Uma parte importante desta preparação é a divulgação. Apesar de serem as pessoas a apontarem uma data na assembleia de um mercado para o mercado seguinte, nunca é demais lembrar a data e procurar chegar a mais pessoas.

Algumas questões, relativamente aos mercados e ao futuro desta iniciativa, atravessavam o dia-a-dia da equipa, pois era notória a necessidade de parar uns minutos e discutir com toda a equipa novas estratégias. Algumas dessas questões, como já referi anteriormente, passavam também pela necessidade de ter mais gente a participar, com o facto de talvez ser necessário traçar uma melhor estratégia e mais apelativa em relação à divulgação e pela falta de prestação de serviços que se via em cada mercado. Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de sistematizar alguns dados relativos aos mercados de forma a perceber melhor como actuar.

Na tentativa de apaziguamento da angústia da equipa, decidiram ter uma primeira conversa com o grupo de mulheres do projecto “Elas”, a 22 de Outubro de

2009. Foi muito interessante acompanhar o grupo do projecto *Elas* nas tardes de terça e quinta-feira em que nos presenteavam com a sua presença. Todas as vezes que estive com este grupo de mulheres foram muito enriquecedoras, já que se trata de um grupo muito expressivo e falador. Estavam sempre muito empenhadas no seu trabalho, naquele momento estavam a fazer trabalhos manuais para angariação de fundos para a sua viagem a Moçambique. Enquanto trabalhavam, falavam muito entre si e connosco, mostravam o seu gosto pelo que estavam a fazer, assim que acabavam uma peça preocupavam-se logo em saber o que havia para fazer (tiveram bastantes encomendas, pois criaram com ajuda das técnicas da AJPaz um blogue³). Acabavam por falar de outros temas e problemáticas com que se deparam na sua comunidade; mas também dos/as seus/as filhos/as, dos seus maridos... São mais uma vez momentos como estes que permitem uma maior compreensão da comunidade com que se trabalha, com vista ao seu acompanhamento futuro, dando-lhes sempre a sua autonomia merecedora.

Retomando a ideia anterior, alguns membros da equipa quiseram então falar com este grupo de mulheres que são presença assídua nos mercados e o objectivo era debater um pouco com elas, de forma informal, a forma como estas viam os mercados solidários.

Foi uma conversa muito interessante, que tinha como objectivo retirar algumas ilações para futuramente melhorar a actividade, reformular estratégias e prosseguir com a actividade. Foi sugerido que falassem do que achavam dos mercados, o que sentiam perante a actividade, o que achavam que estava bem ou mal... Desde logo foi referido que havia uma grande sobrevalorização dos produtos da terra, que o valor em granjas de alguns produtos estava exageradamente alto, que havia grandes disparidades nos valores e pouca variedade de produtos. Notavam, ainda, uma notória falta de serviços. Mas, contudo, houve frases de apreciação “os mercados são bons para as pessoas como eu, que não tenho tomates na minha horta!”. Defendem ainda que é um espaço de diversão, convívio, atenção e amizade, sendo estas algumas das características procuradas pelas pessoas mais idosas. Isto é, atribui-se um determinado valor a esta iniciativa, mas será o suficiente?

Apesar de se tratar de uma iniciativa com contornos solidários e distintos do sistema capitalista, referem que há pessoas que vêem as granjas como uma “segunda fortuna”, acabando por associar esta moeda social ao próprio euro. O próprio

³ <http://prendassolidarias.blogspot.com/>

funcionamento deveria ser alterado, segundo o seu entendimento, afirmando que as trocas eram demasiado rápidas, referindo-se também ao facto de existirem reservas dos produtos desde o início, o que não permite que estejam disponíveis em pé de igualdade para que todas as pessoas tenham a mesma oportunidade de os adquirirem.

Relativamente a um dos princípios do mercado que é o de combate à pobreza, referem que não é muito visível, uma vez que as pessoas necessitadas não são as que participam nestas iniciativas, dizendo que há um certo sentimento de medo face à exposição e vergonha. Todas estas questões viriam a ser debatidas pela equipa numa reunião posterior e muito enriquecedora, de que falarei mais adiante.

Uma preocupação que a equipa tinha sempre em mente e que procurava resolver era relativamente à interiorização dos princípios base dos mercados solidários/economias solidárias. Uma vez que no acompanhamento das oficinas de preparação dos mercados noutra freguesia do concelho de Soure, em Samuel, havia um grupo de mulheres com uma elevada quantia de “*diabitas*” (moeda social local), isto é, acabam por nunca adquirir muita coisa no mercado e porque se ouviam vários comentários sobre o “desejo” e vontade de adquirir produtos antes do início do mercado e, por conseguinte, faziam a reserva dos produtos antes do período para as trocas. A solução encontrada foi relembrar alguns dos princípios dos mercados solidários, na assembleia comunitária do mercado seguinte⁴.

Desde o início fui integrada nas reuniões de equipa, um voto de confiança, mas mais do que isso uma oportunidade para poder partilhar angústias e preocupações, alegrias e conquistas. As reuniões de equipa foram sempre momentos muito importantes para mim, um espaço onde podia expor o meu trabalho e pedir ajuda; era mais fácil falar com todos/as ao mesmo tempo do que ir passando informação individualmente. Para além de terem sido importantes para o meu trabalho, foram essenciais para compreender toda a dinâmica de uma associação, dos seus objectivos, da passagem do seu trabalho teórico ao prático e, por último, foram bastante estimulantes ao nível da discussão de ideias e dos projectos.

Chegou então o momento de reflectir em conjunto sobre todas as angústias e dúvidas que vinham a atormentar a equipa da AJPaz em relação aos mercados.

No dia 24 Novembro de 2009, realizava-se a oficina “Economias e Mercados Solidárias”, dinamizada pela técnica responsável do projecto *Lider@*, Ana Durão, para a

⁴ Ver em anexo a descrição do 2º Mercado Solidário de Samuel.

equipa da AJPaz. Faço questão de referir aqui este dia de trabalho muito importante e interessante, porque se reflectiram e se debateram questões essenciais para dar continuidade a esta alternativa solidária, para a qual se traçaram novos objectivos.

Os objectivos desta oficina, tal como foram definidos pela técnica responsável, foram os seguintes:

- *Relembrar princípios das Economias Solidárias*
- *Repensar os Mercados Solidários na Granja do Ulmeiro, tendo em conta a sua história, constrangimentos e aspirações actuais*
- *Reflectir e discutir sobre questões práticas*
- *Tomada de algumas decisões de índole prioritário*

No seguimento destes objectivos foram apresentadas algumas afirmações, subjacentes aos princípios dos mercados face à realidade local, para que disséssemos se eram verdadeiras ou falsas. Foram consideradas verdadeiras pelo grupo as seguintes afirmações: “os mercados solidários são um instrumento de combate à pobreza”, “os/as prosumidores/as reconhecem a importância dos mercados para a sua economia mensal”, “a solidariedade é um valor praticado nos momentos de trocas nos mercados”, “acreditamos na potencialidade «futurante» dos mercados solidários”. Por outro lado, foi considerada falsa mas ao mesmo tempo verdadeira a afirmação “a distribuição de «riqueza» é justa e equitativa”, tendo em conta que todas as pessoas têm acesso à participação, ao cumprirem o requisito de serem prosumidores/as. O grupo considerou como falsa “as pessoas reconhecem a moeda social como complementar e não a vêem como uma forma de acumulação de riqueza”. Como reflectimos em conjunto e com a técnica dinamizadora da oficina, algo está aparentemente mal, pois estamos a falar de princípios de base dos mercados que não acontecem na prática.

Vejamos agora apenas alguns exemplos das reflexões e conclusões a que se chegou: é necessário apostar na divulgação; apostar numa melhor organização dos mercados, por exemplo, o facto da passagem pelo banco ser feita antes da assembleia não ajuda à predisposição das pessoas para a mesma, pois estão desejosas de iniciar as trocas, preocupadas com as suas coisas estarem expostas e não estarem a cuidar/olhar por elas, aproveitar o compasso de espera enquanto as pessoas vão chegando ao local do mercado para preenchimento de fichas/dados pessoais e “puxar” temas de

interesse para possíveis debates nas assembleias; colocar no espaço envolvente do mercado cartazes alusivos aos princípios e regras dos mercados; o espaço onde se realiza o mercado pode ser melhor aproveitado e ter uma disposição mais acolhedora, por exemplo, na assembleia colocar as cadeiras em “U” para que todos se vejam e haja mais interacção; falar aberta e saudavelmente entre granjas e capitalismo; atender às preocupações das pessoas quando dizem que não sabem o que podem fazer ou trazer para o mercado; os mercados solidários, na Granja do Ulmeiro, podem ser entendidos como educação para o consumo e um momento de sociabilidade/cultural; o objectivo de combate à pobreza e exclusão social será apenas a longo prazo e com a mercearia, neste momento, está-se a percorrer o caminho para esse objectivo.

As questões de *empowerment* também foram constantemente usadas na discussão, porque seria e será sempre a estratégia fundamental a desenvolver. Mas com reacções como – “Concordam que se deve alterar a tabela? Ao qual a D. Piombina respondeu de imediato - “Isso vai dar-vos muito trabalho!”. A Andreia respondeu - “Nós facilitamos, nós ajudamos. Quando formos embora, o mercado é vosso”. Aí as pessoas ficaram um pouco inquietas, tendo a Julieta (do grupo do *Elas*) respondido de imediato - “Se forem o mercado acaba!”⁵ – não deixam a equipa totalmente descansada e há que trabalhar mais nesse sentido pois, assim, a AJPaz continua a ter um papel essencial na sustentabilidade dos mercados, não havendo porém autonomia da comunidade para os organizar sozinha.

Esta preocupação em contribuir e dar o poder de decisão à comunidade, leva a que a equipa não tome as decisões sozinha, uma vez que se é para a comunidade que se fazem as actividades, então é melhor ela fazer parte da construção! Daí as actividades programadas de oficinas de preparação dos mercados em novas freguesias, onde se possam debater as questões relacionadas com os princípios dos mercados, moeda social, etc.

Ao procurar dar mais autonomia às pessoas da comunidade, elas próprias criam e utilizam os recursos/instrumentos necessários a um determinado processo individual ou colectivo e que, deste modo, traduzir-se-á num aumento de poder (ao nível económico, político, social e cultural) e numa maior consciência de exercício como cidadão/ã. Após a oficina “Economias e Mercados Solidárias” e de todos os objectivos finais a que a equipa se propôs dedicar, na reunião de preparação do mercado

⁵ Ver em anexo a descrição do 16º Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro.

seguinte, foi decidido colocar música ambiente (suscitando tranquilidade de forma a não haver tanta agitação inicial e vontade de passar logo nas bancas e fazer as trocas) e reformular a ordem das etapas do mercado. Primeiro realizar-se-ia a assembleia comunitária (reforçando os princípios/valores/regras dos mercados; dar feedback dos vários mercados, pois muitas pessoas podem já não se lembrar de como tudo começou; reflectir sobre a tabela de valores de referência), em segundo a passagem pelo banco (com a nova base em computador), em terceiro o momento das trocas e, por último, o momento cultural. O desejo de que tudo corresse bem era notório em toda a equipa!⁶

Na tentativa de aprofundar melhor o meu conhecimento sobre a realidade em análise, em conjunto com a equipa, achámos que seria interessante ter uma conversa exploratória com alguns “elementos chave” como a Assistente Social do Gabinete da Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Soure⁷ e a Assistente Social do Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro⁸, que vieram posteriormente a revelar-se bastante importantes para a cooperação entre as instituições.

Estas conversas tinham também como objectivos apresentar o projecto que estava em fase de desenvolvimento – mercearia solidária – e explicar a necessidade de analisar a possível rede local de produtores/as e consumidores/as, perceber a realidade com que estas técnicas trabalham e alguns mecanismos de apoio. Ao falar com estas técnicas procurámos passar o testemunho de que os mercados/mercearia são alternativas solidárias a divulgar entre os seus utentes e daí poder haver um alargamento de prossumidores/as (por exemplo, beneficiários/as do RSI – Rendimento Social de Inserção e da Acção Social) para além dos que frequentam os mercados.

⁶ Ver em anexo a descrição do 16º Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro.

⁷ Ver guião em anexo.

⁸ Ver guião em anexo.

25 de Novembro de 2009

- Dra. Cristina Sebastião, Assistente Social do Gabinete da Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Soure

- Raquel Azevedo e Técnicas Ana Leão e Joana Pombo

A primeira entrevistada esclareceu-nos imenso sobre o PCAA (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar) e o Banco Alimentar, relativamente aos quais se tinha colocado a hipótese de serem dois bons mecanismos para apoiar a mercearia. Concluiu-se, porém, que assim não era.

Relativamente às pessoas que recebem RSI, considera que desde que os centros de atendimento se tornaram mais descentralizados, isto é, trabalham mais a nível local, os fenómenos de pobreza escondida/envergonhada não ocorrem com tanta frequência, pois há uma cada vez maior abrangência das pessoas, referindo que os casos de atendimento e processos de acompanhamento aumentaram significativamente, também devido às condições actuais que se vivem. Daí considerar a mercearia solidária como uma excelente ideia para colmatar algumas destas dificuldades.

Quanto às formas de ajuda de inserção social, falou-nos que incentiva as pessoas a fazerem voluntariado para terem uma ocupação e procura dar apoio não só ao nível de procura de emprego, mas também da educação e saúde. Mais uma vez a mercearia solidária pode ser uma grande ajuda.

Em relação ao PDIAS (Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social) explicou-nos o seu funcionamento e ficou satisfeita pelo facto de termos em mente propor novas actividades. Disse que todas as actividades serão bem aceites, que é muito importante haver novas pessoas a propor actividades e que as discutiremos juntamente com as técnicas do Núcleo Local de Inserção.

26 de Novembro de 2009

- Dra. Maria João, Assistente Social do Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro

- Raquel Azevedo e Técnica Joana Pombo

A segunda entrevistada achou a ideia da Mercearia Solidária extremamente interessante e desde logo se mostrou disponível para colaborar. O Centro de Assistência tem muita roupa (donativos) e, por vezes, até móveis e que pode haver uma troca de contactos entre as duas instituições. Quando alguém precisar de algo e o Centro não tiver poderá encaminhar para a AJPaz e quando da abertura da mercearia, para a própria mercearia, e vice-versa.

As pessoas que procuram o serviço de assistência social pretendem obter vários tipos de informação e de ajuda. Confidenciou-nos casos bastante preocupantes como, por exemplo, o aumento do número de casos de violência doméstica, não só da Granja do Ulmeiro mas vindos de outros sítios; situações de toxicod dependência; e agravamento do desemprego.

Ao contrário da conversa anterior, esta técnica considera que as questões de vergonha são ainda bastante acentuadas, no entanto, considera que se a mercearia tiver os produtos a um valor simbólico, podemos contar com essas pessoas!

Afirma que os casos RSI aumentaram imenso (maioritariamente mulheres), afirmando que garantidamente 60% das pessoas quer dinheiro, só depois o emprego! Para estas pessoas os programas alimentares não são suficientes/adequados, por exemplo, o PCAA só é distribuído duas vezes por ano e em meses seguidos (Novembro/Dezembro), daí que a fruta e os legumes são uma boa aposta para ter na mercearia, porque são esses produtos da terra, que algumas pessoas não têm e de que mais precisam.

Relativamente às ajudas ao nível mais pessoal e social, muito para além da procura de emprego, as pessoas sentir-se-ão melhores se lhes dermos motivos para aumentarem a sua auto-estima, um simples serviço de cabeleireiro ou de manicura! É o que esta técnica faz e que acha que com a mercearia solidária pode ser complementado.

Todas estas iniciativas estão relacionadas com a mercearia solidária. Tendo-se no último mercado (16º) deixado uma pontinha do véu dizendo à comunidade que um novo espaço na AJPaz estaria para abrir, a pressão dos dias a passar fazia com a equipa se empenhasse cada vez mais nesse objectivo.

Várias discussões e troca de ideias surgiam em qualquer altura e em qualquer lado, o nervosismo estava presente, no entanto, foram estas discussões que permitiram que esta iniciativa chegasse onde chegou hoje!

Foi muito interessante fazer parte dessas pequenas “reuniões”, em que várias questões estavam em aberto: era preciso pensar na tabela de valores para a mercearia, igual ou diferente da dos mercados? Entraria ou não moeda social na mercearia, ou funcionaria com um sistema de crédito/débito? Fazer um regulamento? Como divulgar esta iniciativa? O que fazer no dia da inauguração?

Aos poucos foi-se respondendo a estas questões e com a ajuda da comunidade. Numa primeira fase, também dei o meu contributo com uma tabela de potenciais produtores/as e produtos para a mercearia, isto é, para abrir a mercearia eram necessários já alguns produtos para iniciar as trocas, para tal, era necessário contactar algumas pessoas da comunidade da Granja. Com base nos dados dos mercados da Granja, e tendo como referência os meses mais próximos do possível mês de abertura da mercearia, mais propriamente os meses de Abril e Maio, listei assim os/as potenciais produtores/as para a mercearia, no período de 2006-2009. Este é e será um dos contributos a retirar da base em que juntei toda a informação existente sobre os prossumidores/as que frequentam ou frequentaram os mercados na Granja, isto é, sempre que necessário poder-se-á ir à base e perceber quem é ou quais são os produtores/as de um determinado produto e poder contactar essa pessoa.

Também ajudei a reflectir sobre a melhor maneira de fazer alguns documentos necessários ao funcionamento diário da mercearia e que ficassem perceptíveis a todos/as que os viessem a utilizar tais como, por exemplo, a ficha de prossumidor/a e o regulamento interno.

Aos poucos e poucos o projecto começava a compor-se e aproximava-se o dia de inauguração. Boas notícias começavam também a chegar, tais como donativos de roupa e contributos semanais de alguns grupos de hipermercados.

Depois de apresentadas as principais actividades desenvolvidas durante o estágio, passamos para a exposição da análise da possível rede local de produtores/as e consumidores/as existente na Granja do Ulmeiro.

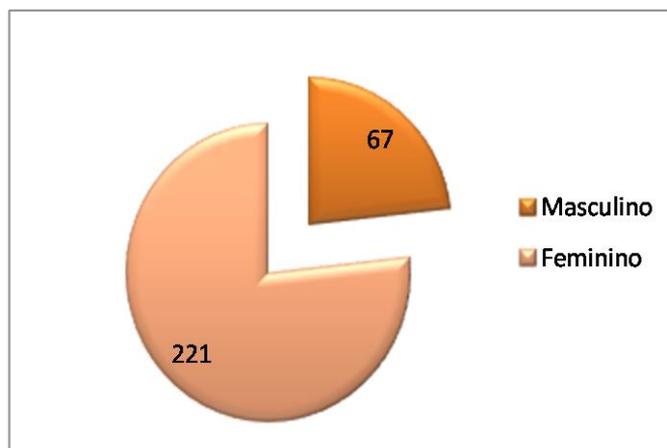
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS MERCADOS SOLIDÁRIOS

Torna-se então necessário identificar e analisar os produtores/as e, por conseguinte, consumidores/as que participam nos mercados na Granja do Ulmeiro, com intenção de verificar a sustentabilidade e continuidade dos mesmos e, nomeadamente, da mercearia solidária. A análise é feita a partir da base com dados relativos ao sexo, ano de nascimento, morada, profissão, habilitações dos/as prosumidores/as, o número de vezes que participaram nos mercados e os produtos que levaram para trocar.

Ao longo dos vários anos de mercados solidários, desenvolvidos pela AJPaz, frequentaram os realizados na freguesia da Granja do Ulmeiro 288 pessoas. Este registo foi resultado da preocupação constante da equipa dinamizadora do mercado ao relembrar a importância das pessoas darem os seus dados e indicarem os produtos que levavam para o mercado. Contudo, apesar de vários esforços de completar a base, alguma informação acabou por ser difícil de obter, mesmo tentando várias formas e recursos para isso.

Destes 288 prosumidores/as, 221 são mulheres e 67 são homens (Gráfico 1). Observamos deste modo que há uma grande disparidade entre sexos na participação destas iniciativas, contudo, vai de encontro a um dos objectivos do projecto *Lider@* que é promover a igualdade de género, permitindo às mulheres participarem na esfera pública e social.

Gráfico 1 - N° de prosumidores/as segundo o sexo



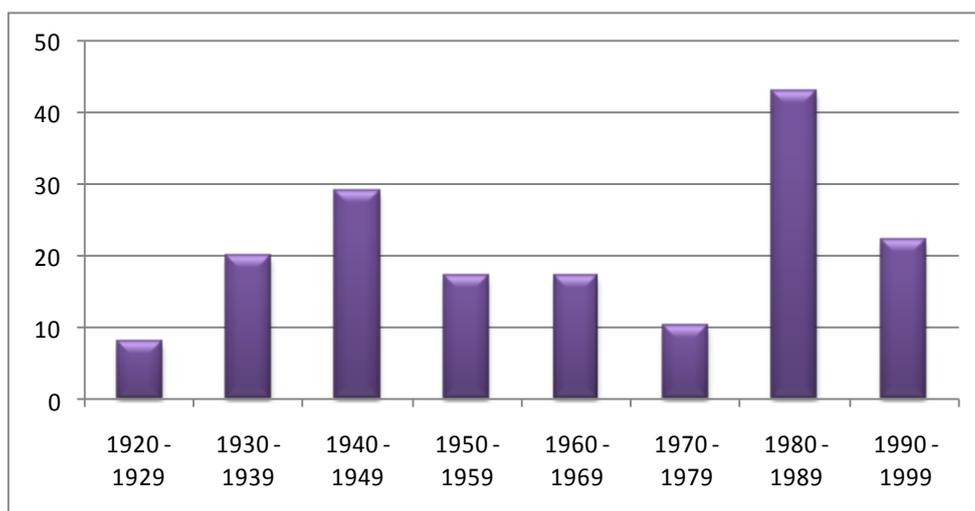
Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Tendo em conta que o vimos sobre o desenvolvimento local, economia solidária e género, mais uma vez é neste tipo de iniciativas que vimos a vontade das mulheres em participar em actividades do domínio da esfera pública, vendo nelas uma forma de “fuga” à esfera privada, isto é, é através da participação pública e social que procuram ultrapassar as explorações e marginalizações a que são sujeitas. As mulheres constituem uma “mina insuspeita de energia”, como define José dos Santos (2003), sendo o factor chave para o sucesso de iniciativas de desenvolvimento deste tipo. De acordo com Santos e César (2004) as iniciativas alternativas de economia solidária não podem avançar sem a participação destacada das mulheres.

Relativamente ao ano de nascimento (Gráfico 2) e tendo informação de 166 prossumidores/as, observamos que há um maior número de pessoas a participar nos mercados com idade entre os 21 e os 30 anos (43 casos), seguindo-se as pessoas com idades compreendidas entre os 61 e os 70 anos (29 casos). Com um número de casos semelhantes, o grupo de idades entre os 11 e os 20 anos (22 casos), os 71 e os 80 anos (20 casos), os 41-50 e os 51-60 anos (ambos com 17 casos). A faixa etária dos 81-90 é a menos representada, com 8 registos.

Concluimos assim que os mercados solidários abrangem todos os grupos etários, o que possibilita uma troca de produtos e saberes entre várias gerações.

Gráfico 2 – Ano de nascimento dos/as prossumidores/as



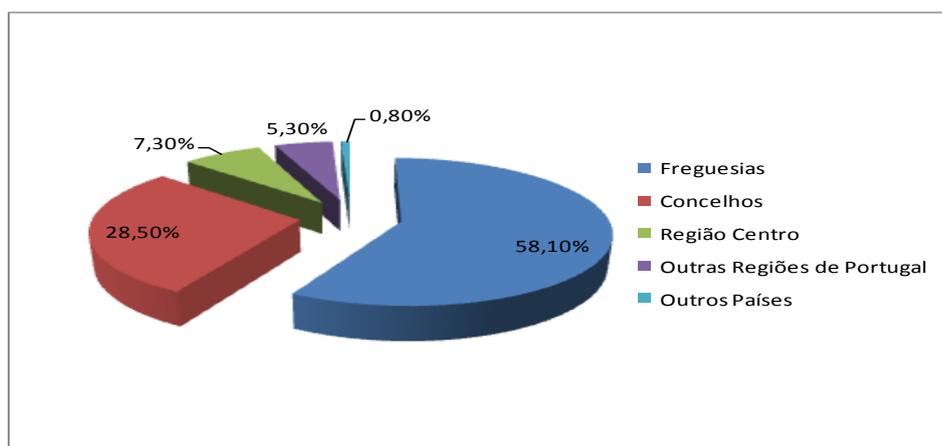
Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

No que concerne à morada, os mercados solidários são frequentados por pessoas de várias localidades e regiões, pelo que optámos por agrupar esta variável do

seguinte modo: *freguesias* – as doze freguesias do concelho de Soure, uma vez que são essas as localidades que mais usufruem desta iniciativa; *concelhos* – mais próximos do concelho de Soure que seriam as segundas localidades de onde as pessoas mais directamente participariam, por exemplo, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Coimbra, etc.; *região centro* – localidades mais afastadas mas ainda pertencentes à região centro como, por exemplo, Leiria, Aveiro, Viseu, etc.; *outras regiões de Portugal* – localidades mais afastadas e já fora do âmbito da região centro, por exemplo, Lisboa, Braga, etc. e, por último, *outros países* – tendo em conta que a AJPaz recebe vários voluntários de outros países e que participam nas suas actividades.

Vejamos agora de onde são os/as prosumidores/as solidários/as (Gráfico 3). Neste caso, temos um maior número de casos com informação completa. Com efeito, temos conhecimento da morada de 246 prosumidores/as. Como podemos observar, e tendo em conta a área de actuação da associação, aproximadamente 58% dos/as prosumidores/as são pessoas das freguesias mais próximas e que usufruem mais directamente desta iniciativa na Granja do Ulmeiro. Em seguida estão as pessoas dos concelhos mais próximos (28,5%). À medida que nos afastamos da localidade menor é a participação das pessoas nos mercados, região centro (7,3%) e outras regiões do país (5,3%).

Gráfico 3 – % de prosumidores/as consoante a sua morada



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

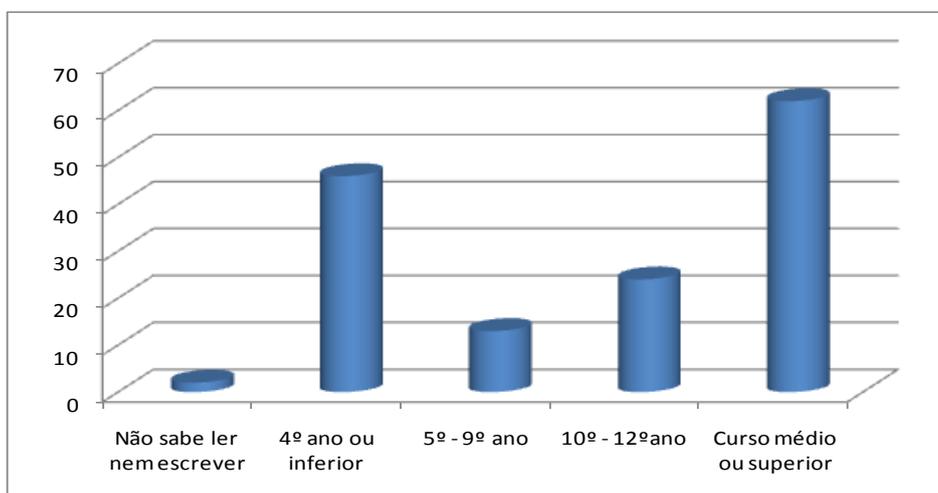
Ainda a partir da base e analisando o grande grupo *freguesias* (com 143 prosumidores/as), observamos que a quase totalidade das pessoas que mais participam nos mercados são da própria freguesia da Granja do Ulmeiro (cerca de

125) e em menor número das freguesias mais próximas (18). Isto é relevante se pensarmos que um dos objectivos da iniciativa dos mercados é fazer com que este mecanismo seja incorporado pelos próprios habitantes da comunidade e que tragam para este espaço os seus saberes e o partilhem com a restante comunidade. São poucas as pessoas das outras freguesias que participam nos mercados da Granja, daí que se façam mercados nessas freguesias, sendo actualmente realizado em Soure e Samuel. Este projecto tem em vista a realização dos mercados solidários nas doze freguesias do concelho de Soure, no entanto, o processo tem sido moroso.

Relativamente ao sexo e a esta região de origem (freguesias), verifica-se que são as mulheres (111) que mais participam nos mercados. Também aqui é notória a criação de um espaço de promoção de protagonismo público e social das mulheres, suscitando-se também um espaço de novas relações entre os sexos, baseadas no respeito e na partilha. De realçar ainda que 6 homens da Granja e outros 2 de Coimbra são esposos das mulheres que participam também nos mercados.

Das 288 pessoas que já participaram nos mercados e relativamente às suas habilitações (Gráfico 4) conseguimos completar a informação de 147.

Gráfico 4 – Nível de habilitações dos/as prosumidores/as



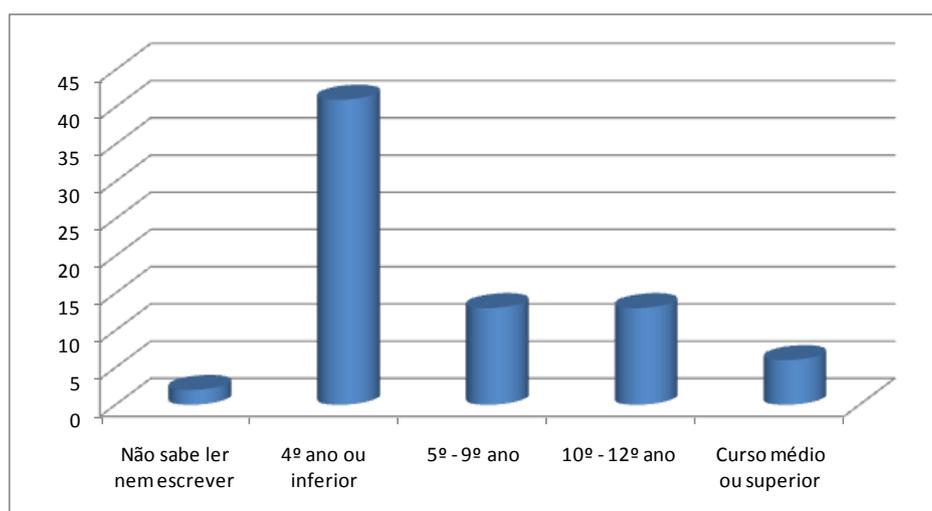
Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Verificamos assim que a maioria das pessoas possui um curso médio ou superior (62 casos) e logo de seguida as pessoas com o 4º ano ou inferior (46). De realçar que as pessoas que têm curso médio ou superior são maioritariamente pessoas que vivem fora do concelho de Soure e que frequentam os mercados por estarem de algum modo ligados/as à AJPaz ao nível profissional (técnicos/as, estagiários/as,

professores/as) e que acabam por chamar conhecidos/as a esta iniciativa ou que acabam por ficar ligados/as pessoalmente a este projecto.

Se nos concentrarmos apenas na população mais próxima desta iniciativa e ao nível local, grupo de freguesias, onde quase toda a gente que participa é da Granja do Ulmeiro, chegamos a conclusões diferentes.

Gráfico 5 – Nível de habilitações dos/as prossumidores/as das freguesias do concelho de Soure



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Assim podemos concluir que a população do concelho de Soure que frequenta os mercados solidários da Granja do Ulmeiro tem baixas qualificações (Gráfico 5), o que está de acordo com o que foi inicialmente apresentado em relação ao concelho de Soure. Isto é, a grande maioria da população tem o 4ºano ou inferior (41 casos) e ao contrário do que vimos antes o número de pessoas que possui um curso médio ou superior é bastante menos significativo (6 casos). Os restantes indivíduos têm entre o 5º e o 9º ano (13 casos) e entre o 10º e o 12ºano (13 casos).

Dos/as 288 prossumidores/as, temos informação no que concerne à profissão de cerca de 147 casos. Mesmo sendo mais de metade dos casos e havendo grande variedade de profissões, decidimos agrupar em grupos de profissão (tendo em conta a Classificação Nacional de Profissões – 1994) (Quadro 7).

Quadro 7 – Grupos de profissão a que pertencem os/as prossumidores/as

Especialistas das Ciências da Natureza e das Ciências Médicas	3
Docentes do Ensino Superior, Secundário e Profissões Similares	10
Especialistas da Administração, Comércio, Ciências Sociais e Prof. Similares	26
Docentes do Ensino Primário, Pré-Primário e Profissões Similares	2
Técnicos da Administração, do Comércio e dos Serviços Sociais	2
Empregados de Escritório	5
Caixas, Emp. da Banca e das Agências de Viagem, Recepcionistas e outros	1
Empregados dos Serviços Pessoais e Domésticos	6
Modelos, Vendedores e Trabalhadores Similares	1
Trabalhadores da Agricultura, da Criação de Animais e da Pesca	1
Trab. da Prod. da Metalomecânica e Metalurgia, Electricidade e Electrónica	1
Operadores de Instalações Industriais	1
Trabalhadores Não Qualificados do Comércio e Serviços	4
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pesca	1
Reformado/a	40
Desempregado/a	4
Sem actividade económica remunerada	37

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Observando estes dados, 40 dos/as prossumidores/as são reformados/as, verificamos que 36 dos/as prossumidores/as são Docentes do Ensino Superior, Secundário e Profissões Similares e Especialistas da Administração, Comércio, Ciências Sociais e Profissões Similares. Havendo ainda 37 casos de prossumidores/as sem actividade económica remunerada, sendo 18 casos de prossumidoras domésticas e 19 estudantes, sendo 7 das freguesias do concelho de Soure.

Relacionando a profissão com o local onde vivem as pessoas que participam nos mercados, realçamos o facto de que dos 40 reformados/as, 38 são das freguesias do concelho de Soure e das 18 domésticas, 16 também são dessas freguesias.

De destacar que apesar de termos apenas uma pessoa a exercer agricultura como profissão (Trabalhadores da Agricultura, da Criação de Animais e da Pesca), a maioria da população depende da agricultura familiar e de subsistência, isto é, existe uma produção agrícola familiar paralela a outras actividades remuneradas.

Um dado relevante é que são poucas as pessoas desempregadas que participam nestas iniciativas, daí que seria positivo que estas pessoas vissem nos mercados um mecanismo de superação de algumas dificuldades. Para chegar até estas pessoas

adoptou-se uma estratégia que resulta nas propostas de actividades ao Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social de Soure que apresentarei adiante. Um dos objectivos dos mercados – o de combater a pobreza – não é alcançado no presente, uma vez que na maioria dos casos se trata de pessoas empregadas. Quanto aos/as reformados/as são muitos/as os/as que participam nos mercados, vendo neles uma forma de combaterem o isolamento e promoverem o bem-estar social.

Assim, os mercados ainda não contribuem para uma real mudança social, colmatam as necessidades de bem-estar e convívio, mas não são realizados com a necessária periodicidade para as pessoas excluídas verem respondidas e ultrapassadas as suas dificuldades económicas e sociais.

No entanto, e tendo em conta os autores Santos e César, não é a transformação radical da sociedade no curto prazo que vai garantir o sucesso deste tipo de iniciativas, estas exigem antes transformações graduais que criem espaços de solidariedade, para que as pessoas que nelas participem sintam, também gradualmente, mudanças nas suas condições de vida.

No que diz respeito ao número de participantes em cada mercado ao longo dos anos, desde 2006 até 2009, vejamos a evolução. Apesar de ter existido um primeiro mercado em 2005 de carácter mais interno e de experimentação do instrumento (isto é, partindo de um grupo mais pequeno, formando-o, para posterior alargamento à restante comunidade), o 2º Mercado, o primeiro com a comunidade, data de 29 de Abril de 2006, daí haver registos a partir deste mercado. Do 7º Mercado de 11 de Agosto de 2007, realizado no âmbito do projecto Agito e dinamizado por jovens do campo de trabalho internacional, também não existem registos.

O quadro seguinte (Nº 8) apresenta não só o número de participantes em cada mercado e a sua evolução, mas também o número de homens e mulheres presentes em cada um.

Quadro 8 – Nº de prossumidores/as por mercado				
Mercado	Data	Nº total de prossumidores/as	Nº de homens prossumidores	Nº de mulheres prossumidoras
2º	29-04-2006	92	26	66
3º	3-06-2006	159	40	119
4º	10-09-2006	108	31	77

5°	25-11-2006	32	9	23
6°	27-05-2007	46	13	33
8°	21-10-2007	48	9	39
9°	5-12-2007	5	1	4
10°	24-05-2008	70	12	58
11°	9-08-2008	39	7	32
12°	4-04-2009	26	2	24
13°	6-06-2009	17	1	16
14°	8-08-2009	30	2	28
15°	17-10-2009	16	2	14
16°	12-12-2009	32	6	26

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

A participação nos mercados não tem sido de todo regular e num sentido de cada vez mais gente a participar, contudo, o último mercado (realizado até ao momento) contou com 32 pessoas, um número relativamente baixo tendo em conta outros mercados, mas o melhor do ano de 2009. De notar que em todos os mercados a presença de mulheres é sempre maior que a dos homens.

Observemos agora este nível de participação nos mercados apenas pelos/as prossumidores/as das freguesias do concelho de Soure e que como sabemos são maioritariamente da Granja do Ulmeiro (Quadro 9).

Quadro 9 – N° de prossumidores/as do concelho de Soure por mercado

Mercado	Data	N° total de prossumidores/as	N° de homens prossumidores	N° de mulheres prossumidoras
2°	29-04-2006	39	12	27
3°	3-06-2006	69	23	46
4°	10-09-2006	56	16	40
5°	25-11-2006	13	5	8
6°	27-05-2007	20	5	15
8°	21-10-2007	21	5	16

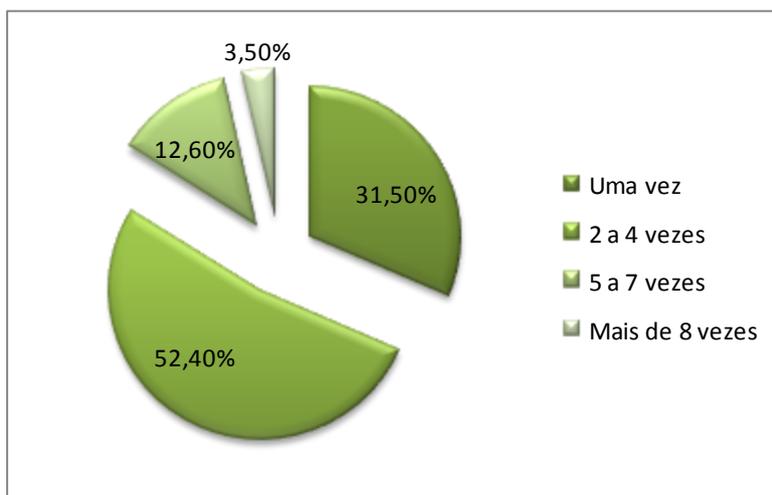
9°	5-12-2007	2	0	2
10°	24-05-2008	45	8	37
11°	9-08-2008	32	6	26
12°	4-04-2009	23	2	21
13°	6-06-2009	13	1	12
14°	8-08-2009	25	2	23
15°	17-10-2009	15	2	13
16°	12-12-2009	20	3	17

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Ao longo dos vários anos, tem sido muito irregular a participação das pessoas das freguesias do concelho de Soure nos mercados solidários da Granja do Ulmeiro. O número de participantes oscilou entre os 2 e os 69, não tendo de todo aumentado o número de prossumidores/as nestes mercados. É necessário incentivar e captar mais pessoas para esta iniciativa, o facto de se realizar apenas e normalmente de dois em dois meses talvez não seja a forma mais viável. A proposta feita em reunião de equipa de, por exemplo, junto com a comunidade marcar um dia em que não haja a feira da freguesia ou outro evento, seja melhor para as pessoas fixarem e saberem que no dia tal daquele mês há um mercado solidário. Porém, também não é com este desfasamento de tempo que as situações de pobreza são resolvidas. A mercearia solidária vem de facto colmatar esta insuficiência e, por isso, ao estar aberta todos os dias da semana torna mais fácil usufruir deste espaço com mais frequência, na hora e dia que der mais jeito.

Ainda em relação aos/às prossumidores/as das comunidades locais (concelho de Soure), podemos analisar o número mínimo e o número máximo de vezes que um/a produtor/a da comunidade da Granja do Ulmeiro já participou no total dos catorze mercados realizados (Gráfico 6).

Gráfico 6 – N° de vezes de participação nos mercados (%)



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Apesar da percentagem de pessoas que participou apenas só uma vez ser um pouco elevada (31,5%), a maioria dos/as prosumidores/as (52,4%) já participou entre duas a quatro vezes nos mercados solidários. Se juntarmos todos/as os/as prosumidores/as que participaram mais do que uma vez a percentagem é satisfatoriamente elevada (70,5%). Conclui-se assim que há uma regularidade de participação nos mercados por parte da rede localmente criada entre homens e mulheres, prosumidores/as! Isto vai de encontro ao que descrevemos no capítulo teórico, isto é, as redes locais de economia solidária permitem o desenvolvimento de uma relação de partilha e de proximidade entre os prosumidores/as, fundamental para a sustentabilidade da comunidade e dos seus recursos endógenos disponibilizados.

A partir de toda esta análise, concluo que há uma comunidade local com um cunho bastante participativo nos mercados solidários. Os prosumidores/as são maioritariamente da freguesia da Granja do Ulmeiro e do sexo feminino. Apesar do número de participantes em cada mercado ser irregular, em contrapartida, há uma regularidade das pessoas da comunidade a participar nos mercados.

Da análise das categorias de produtos mais trocados em todos os mercados, destacam-se dentro do grande grupo produtos da terra – os *vegetais* (com cerca de 132 prosumidores/as a levarem este tipo de produtos para os mercados); a *fruta* (44) e outros como, por exemplo, os *ovos* (30). Relativamente aos produtos alimentares, é a *doçaria* que os/as prosumidores/as (cerca de 35) mais levam para os mercados. Categorias como o *artesanato* e *vestuário* também foram sempre ao longo dos

mercados preenchidas pelos produtos das gentes locais com cerca de 75 e 25 prosumidores/as respectivamente. A prestação de serviços tem sido uma categoria relativamente ausente, embora as pessoas acabem por a ela recorrer, quando existe no mercado. Em conversas com a comunidade, a crítica mais comum é precisamente a falta de oferta de produtos para além dos mais comuns na comunidade, isto é, e como se verifica, há mais produtos da terra, alimentares, artesanato e vestuário e poucos serviços (16). Ao longo dos vários mercados apenas houve 16 pessoas a prestarem algum tipo de serviço (exemplos: massagem de mãos, aulas de ginástica, medição da tensão arterial, horas de companhia, etc.)

Tudo isto se torna relevante se pensarmos no funcionamento da mercearia solidária, isto é, a partir desta rede local será possível aprovisionar a mercearia sempre que seja necessário e quando não existirem determinados produtos facilmente serão encontrados se contactarmos com os/as produtores/as locais, tendo em conta a época de cada produto.

Para além destes/as produtores/as serem simultaneamente consumidores/as é importante alcançar outras pessoas, novos/as consumidores/as destes produtos locais e que tragam consigo novos produtos. A ponte que se pretende fazer aqui e pensando na mercearia, é que estes prosumidores/as continuem a participar neste mecanismo de mercado de forma continuada recorrendo à mercearia. Tal pode trazer vantagens (para além das que resultam dos/as próprios/as consumidores/as poderem trocar os seus produtos, etc.) de chegar a pessoas que por vergonha ou por desconhecimento não participam nos mercados e que mais facilmente vão à mercearia. Estou a pensar nomeadamente em pessoas desempregadas ou beneficiárias do RSI – Rendimento Social de Inserção, isto é, e tendo em conta a autora Virgínia Ferreira (2000), as organizações, como a AJPaz, têm um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios, ajudando os sectores mais carenciados da população, mobilizando-os através de uma participação pública igualitária. Ultrapassando as formas de assistencialismo, procurar-se-á promover a autonomia e responsabilização das pessoas desfavorecidas, através dessa participação pública.

4.1 – O PROJECTO DA MERCEARIA SOLIDÁRIA, ENQUANTO RESPOSTA SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Após a análise da rede local de prossumidores/as participantes nos mercados vejamos o impacto e o sucesso que esta alternativa solidária tem tido.

A inauguração da mercearia solidária realizou-se no dia 20 de Fevereiro de 2010, estando aberta de segunda a sexta, das 10h às 18h. Desde aí, têm aparecido muitas notícias em jornais locais e algumas peças televisivas em vários canais têm sido exibidas. A importância dada pelos meios de comunicação social é muito importante para a divulgação de projectos como estes, nomeadamente, ao nível mais local, uma vez que as pessoas se identificam com a região de que se está a falar e têm curiosidade em ir ver o que é e como funciona.

A existência da rede local de prossumidores/as que analisámos anteriormente reflecte-se no número de pessoas que frequenta a mercearia solidária. Para além desta rede local que permite a sustentabilidade desta iniciativa, também os contactos e as parcerias que se fizeram ao longo da preparação do projecto têm surtido resultados, por exemplo, já ocorreram encaminhamentos do Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro para a mercearia. Será positivo se estes casos aumentarem e se as actividades propostas ao PDIAS - Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social, ajudem à concretização desse objectivo.

Vou apenas analisar o movimento da mercearia solidária⁹, porque é o espaço do projecto (sendo os outros a lojita da pessoa cidadã e o espaço de convívio) que permite uma maior reflexão sobre a problemática em questão. Os objectivos do projecto em relação a este espaço de trocas serão igualmente objecto de escrutínio, já que no espaço de convívio estão sempre a acontecer actividades diferenciadas e no da lojita da pessoa cidadã têm sido recebidas visitas pontuais de esclarecimento e prestação de informação.

Tendo em conta os objectivos do projecto apresentados inicialmente, reflectamos e analisemos tendo em conta a realidade do espaço mercearia solidária.

⁹ Análise feita a partir da base de dados com o movimento da mercearia, feita pela técnica responsável pelo projecto e que é actualizada pela equipa.

• *Prevenir e combater a exclusão social na freguesia da Granja do Ulmeiro*

É através do igual acesso à participação nas trocas da mercearia que se procura prevenir e combater a exclusão social. Com esta iniciativa inovadora, adaptada às necessidades locais, recorrendo à troca de produtos/serviços por um sistema de débito/crédito¹⁰, reduz-se o poder centralizador da economia capitalista, proporcionando, deste modo, a participação de toda a pessoa excluída, pois todas podem ser potenciais prosumidores/as.

Os valores dos produtos/serviços são extremamente baixos e justos para que qualquer pessoa possa adquiri-los. É ainda possível que o/a prosumidor/a “deposite” horas do seu tempo, isto é, não tendo no momento um produto/serviço para trocar por algo que necessite pode, por exemplo, ajudar a equipa na mercearia ou frequentar oficinas de formação e deste modo receber o valor social correspondente.

• *Promover o desenvolvimento comunitário da população local de forma sustentável*

Um dos objectivos a alcançar será o de uma rede de voluntários/as, por exemplo, com o contributo e participação do grupo de mulheres do *Elas*, assegurando rotativamente as horas em que a mercearia está aberta. Neste momento está a ser feito pela equipa da AJPaz.

O esforço de envolver cada vez mais pessoas da comunidade vai ao encontro da ambição de sustentabilidade do projecto, isto é, que no futuro próximo seja a própria comunidade a apropriar-se do processo. Deste modo, só é sustentável se continuar a existir a rede local de produtores/as e consumidores/as e se existirem donativos de bens não só do concelho mas também ao nível externo.

Como referi anteriormente, o sucesso desta alternativa solidária reflecte-se no movimento diário da mercearia nos seus dois meses de funcionamento.

¹⁰ A mercearia funciona, neste momento, com o sistema de débito/crédito uma vez que se torna mais sustentável, pois não se tem que criar grandes quantidades de moeda social, tornando até o momento de troca mais rápido, uma pessoa leva um produto e regista-se o seu valor, se quiser levar alguma coisa nesse dia deduz-se no seu crédito, se não levar acumula e da próxima vez que for ainda tem aquele crédito disponível.

No primeiro mês de funcionamento – 18 de Fevereiro a 20 de Março – a mercearia contou com 48 prosumidores/as, tendo-se realizado 134 visitas com trocas. Neste primeiro mês o número médio de visitas diárias foi de 6 e o objectivo de 15 visitas diárias foi alcançado duas vezes.

No segundo mês de funcionamento – 23 Março a 23 de Abril – 24 novos/as prosumidores/as frequentaram a mercearia, fazendo deste modo um total de 72 prosumidores/as, tendo-se realizado 224 visitas com trocas efectuadas. No segundo mês o número médio de visitas diárias foi de 11 e o objectivo de 15 visitas diárias foi alcançado quatro vezes.

Assim, nos dois meses de funcionamento já se pode contar com 358 visitas com trocas efectuadas na mercearia solidária. A solidariedade está no cerne desta iniciativa e projecta-se neste número de visitas diárias. Como defende o autor Euclides Mance (2009), estes novos modos de consumir e conviver assentes na solidariedade, promovem o desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

Deste modo, a mercearia tem recebido cada vez mais prosumidores/as, sendo que o objectivo de se chegar a 35 pessoas que escoam os seus produtos para a mercearia ter sido alcançado logo desde o início, uma vez que se contou com 48 prosumidores/as no primeiro mês e mais 24 no segundo, perfazendo um total de 72 prosumidores/as em dois meses de funcionamento – sendo maioritariamente mulheres (68).

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• <i>Contribuir para um incremento efectivo na qualidade de vida da comunidade</i> |
|--|

Através da mercearia, os pequenos excedentes das produções familiares podem ser aproveitados e contribuir para a qualidade de vida alimentar das famílias consumidoras.

Valorizando os saberes de cada pessoa e as suas competências, promover-se-á também uma melhoria contínua na qualidade de vida das mesmas.

Tendo a mercearia solidária sido frequentada por 72 prosumidores/as continua a ser, assim como os mercados, um mecanismo fomentador da participação social. É uma alternativa solidária que promove a qualidade de vida das pessoas através do

fornecimento de bens essenciais, o que permite aos prossumidores/as ultrapassarem algumas dificuldades sentidas, por exemplo, ao nível alimentar.

Outro objectivo será contratar uma mulher da freguesia da Granja do Ulmeiro (em situação de desemprego) – *promotora de trocas* – para trabalhar na mercearia após um processo de formação.

<ul style="list-style-type: none">• <i>Facilitar, à comunidade local, o acesso à informação e à formação.</i>

Como vimos anteriormente, o espaço da mercearia é procurado maioritariamente por mulheres o que permite dar continuidade ao propósito de trabalhar na educação para o empreendedorismo e nas questões de *empowerment*. As mulheres, ao utilizarem o espaço da mercearia, podem usufruir também dos dois outros espaços, o da lojita da pessoa cidadã e o de convívio, e terem acesso a informação e formação para que possam criar o seu próprio emprego ou produzam mais e novos produtos/serviços endógenos passíveis de serem escoados na mercearia. Falamos aqui das mulheres mas não podemos deixar de salientar que todos estes espaços estão disponíveis para a restante comunidade em geral.

4.2 - PROPOSTAS DE ACTIVIDADES AO PLANO DE ACÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ACÇÃO SOCIAL (PDIAS)

No seguimento do meu trabalho, uma das técnicas da AJPaz com funções de coordenação referiu que seria interessante propormos uma actividade ao PDIAS - Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social¹¹, tendo falado desde

¹¹ O PDIAS de Soure foi criado em 25 de Novembro de 1988, tendo por finalidade a implementação de um “Projecto de Desenvolvimento Integrado”, ou seja, tendo iniciativas que procuram uma «intervenção atempada a famílias em risco social, com incidência na infância, deficiência, população idosa, população sem escolaridade mínima obrigatória, desempregada de longa duração e população activa, bem como na implementação de respostas e equipamentos adequados às necessidades da população». A intervenção é levada a cabo de forma articulada e responsável pelos diferentes parceiros que integram o PDIAS – o Centro Distrital de Segurança Social, a Câmara Municipal de Soure, o Centro de Saúde, a Direcção Regional de Educação do Centro, o Agrupamento de Escolas, doze Instituições Particulares de

logo numa actividade de sensibilização/divulgação do projecto mercearia solidária e talvez, porque não, de sensibilização e captação de mais produtores/as e consumidores/as. Para além disto, como o PDIAS constitui uma obrigatoriedade em todas as Câmaras Municipais, seria mais uma oportunidade de incluir as autarquias locais na execução e apoio aos projectos. A criação ou o reforço de parcerias territoriais locais ajudarão a prevenir e a combater a pobreza e a exclusão social.

Tendo abraçado desde logo esta ideia, planeei uma primeira proposta de actividade que viríamos a apresentar numa reunião técnica do PDIAS, que se realizou no dia 18 de Fevereiro de 2010. A proposta foi considerada interessante mas surgiram algumas questões e foram suscitadas algumas reformulações, nomeadamente, a expressa vontade das técnicas presentes em descentralizarmos a nossa actividade fazendo, por exemplo, vários mercados solidários nas várias freguesias, para que as pessoas das freguesias mais afastadas da Granja do Ulmeiro possam participar e não só os utentes de RSI mas também da Acção Social. O facto de nós querermos que as pessoas fossem mesmo ao local e que pudessem fisicamente estar presentes no espaço da mercearia seria mais interessante para a compreensão desta alternativa. Contudo, os mercados solidários poderão disputar o interesse e a curiosidade em vir a frequentar a mercearia periodicamente, pois será explicado que a mercearia funcionará na mesma lógica que o mercado, mas que para além de poderem adquirir produtos endógenos também podem ter acesso a produtos exógenos, podendo trocar produtos/serviços e satisfazer as suas necessidades mais regularmente.

A justificação/pertinência apresentada para a actividade consistiu na apresentação do projecto mercearia solidária e os seus objectivos. Para além disso, estando a mercearia em funcionamento, para além dos/as produtores/as que disponibilizam os seus produtos para a mercearia, é essencial haver consumidores/as, isto é, uma rede local que integre este mecanismo solidário. Deste modo, achamos pertinente realizar uma acção de sensibilização junto de um público estratégico que pode vir a usufruir desta mercearia – as pessoas e/ou famílias que recebem o RSI. Indo mais longe, este tipo de iniciativa pode levar as pessoas a reflectirem sobre diferentes problemáticas como as economias solidárias, solidariedade, consumo responsável, etc. Será também uma oportunidade para se fomentar o sentimento de pertença à

comunidade pelo reforço do seu conhecimento em relação aos produtos locais da freguesia.

A proposta inicial¹² consistia numa acção de sensibilização/informação: “*Mercearia Solidária, Lojita da Pessoa Cidadã, Espaço de Convívio*”, que se realizaria na sede da AJPaz e que teria como destinatários/as os/as beneficiários/as do RSI da Granja do Ulmeiro e restante concelho de Soure e comunidade em geral. A actividade teria cinco momentos: a recepção (apresentação dos projectos/actividades da AJPaz, nomeadamente, a mercearia solidária e da actividade em si); mercearia solidária (espaço para trocas); lojita da pessoa cidadã (espaço para esclarecimentos); espaço de convívio (visualização de um filme) e, por último, avaliação da actividade.

Com esta acção pretende-se dar continuidade e desenvolver o trabalho da AJPaz junto das comunidades, intervindo junto de um grupo social vulnerável, procurando melhorar o seu nível de vida.

Face às sugestões de alteração da actividade, a equipa da AJPaz ajudou-me a reformulá-la e como se sugere que os/as beneficiários/as do RSI da Granja do Ulmeiro participem, decidimos, mais uma vez, ir falar com a assistente social do Centro de Assistência da Granja. Apresentei juntamente com a coordenadora do projecto da AJPaz a actividade inicial e depois a nossa proposta de reformulação, tendo chegado a um consenso quanto ao workshop uma vez que é uma actividade que tem como destinatários/as, entre outros, os casos de RSI e Acção Social.

Portanto, desta segunda proposta¹³ fazem parte duas acções: a primeira corresponde a um workshop “*Mecanismos Solidários de Combate à Crise*”, com data prevista para 30 de Junho de 2010, tendo como destinatários/as os/as beneficiários/as RSI e Acção Social da Granja do Ulmeiro, Alfarelos, Figueiró do Campo e Vila Nova de Anços e comunidade em geral.

A segunda acção corresponderá à realização de vários mercados solidários nas várias freguesias. Será uma excelente oportunidade para, ao longo do ano de 2010, técnicos/as juntamente com as comunidades locais desenvolverem este mecanismo solidário e as suas relações de solidariedade. Esta segunda proposta está para ser apresentada à rede PDIAS em data a definir.

Será deste modo, que procuraremos contribuir para a evolução da ideia de autonomia e responsabilidade de cada indivíduo cooperando de forma participativa

¹² Ver em anexo.

¹³ Ver em anexo.

para a vida em comunidade, sendo solidário e colmatando as suas necessidades. Como vimos, e tendo em conta a autora Isabel Fazenda (s.d.), o objectivo desta forma de empoderamento, passa por promover a autonomia das pessoas desfavorecidas e fazê-las participar a um nível de igualdade não só com os/as técnicos/as mas com a restante comunidade.

CONCLUSÃO

Com este trabalho procurámos responder, essencialmente, à necessidade apresentada pela instituição de acolhimento, a AJPaz em identificar e analisar a possível rede local de produtores/as e consumidores/as dos mercados solidários, nomeadamente, a rede local da Granja do Ulmeiro e, por conseguinte, a sustentabilidade dos mecanismos alternativos de economia solidária por ela desenvolvidos.

Para além da análise desta problemática em particular, o estágio permitiu-me fazer parte de uma equipa extremamente mobilizada que procura a cada dia promover o bem-estar da comunidade onde intervém. Foi de facto uma experiência muito enriquecedora ao nível profissional mas também pessoal, o constante contacto com a comunidade local fez-me sentir o quão importante é para aquelas pessoas terem alguém que as apoia!

Penso que o meu trabalho do dia-a-dia, reflectido neste relatório, teve importantes contributos na actividade da AJPaz. Como socióloga, pude dar o meu contributo nas reflexões feitas sobre as actividades e projectos, no apoio ao trabalho mais técnico de terreno e no alertar para alguns aspectos da realidade que tendem a não ser tidos em conta ou relativizados.

A possibilidade de ter participado e observado variadíssimas situações de preparação, desenvolvimento e avaliação das actividades e projectos, fez com que a minha percepção sobre o papel que este tipo de associações tem, sobre o desenvolvimento local, tenha ficado esclarecido. A AJPaz, com a sua atitude de exigência e procura de inovação/criatividade, faz com que projectos como a mercearia solidária possam ser concretizados.

A AJPaz tem um papel essencial na prossecução e continuidade de iniciativas como estas, que é reconhecido pela comunidade local. A questão do *empowerment* social faz-nos questionar, contudo, na medida em que estas iniciativas poderão ter sustentabilidade e serem asseguradas pela comunidade, tendo em conta o papel extremamente importante que a AJPaz tem no seu desenvolvimento e progresso.

No que diz respeito aos mercados solidários, a análise da base de dados dos realizados na Granja do Ulmeiro permitiu verificar que há uma grande disparidade na participação consoante o sexo (221 mulheres e 67 homens), no entanto, esta situação vai de encontro a um dos objectivos deste projecto que é promover a igualdade de género, permitindo às mulheres participarem na esfera pública e social, incentivando-as a participar neste tipo de iniciativas de procura de bem-estar social.

Os mercados solidários abrangem também todos os grupos etários, o que possibilita uma troca de produtos e saberes entre gerações, ao envolver pessoas de diferentes idades neste tipo de processo de mudança social.

Relativamente às pessoas que participam nos mercados são as da própria freguesia da Granja do Ulmeiro que mais participam, o que é relevante se pensarmos que um dos objectivos desta iniciativa é fazer com que sejam protagonizados pelos próprios habitantes da comunidade e que tragam para este espaço os seus saberes e os partilhem com a restante comunidade. O número de pessoas que participa na maioria dos mercados é um indicador de que se está a consolidar este conceito “inovador” de valorização dos produtos e saberes endógenos, de um circuito socioeconómico de proximidade e de possível combate à pobreza e exclusão social.

Um dado relevante é que são poucas as pessoas desempregadas que participam nestas iniciativas, pelo que seria interessante desenvolver uma estratégia de incentivo a estas pessoas para que participem nos mercados. Vivendo uma actualidade perpassada por dificuldades económicas, ser-lhes-ia proveitoso que vissem nos mercados um mecanismo de superação de algumas dificuldades.

Deste modo, podemos concluir que o objectivo dos mercados em combater a pobreza, a curto prazo, dificilmente será alcançado, uma vez que a maioria das pessoas que participam são pessoas empregadas. Quanto aos/às reformados/as é interessante que são muitos/as os/as que participam, o que poderá ser entendido também como uma forma de assim combaterem o isolamento e promoverem o bem-estar social. Aquilo que a equipa já sabia, ou seja, que os mercados são um espaço acima de tudo de convívio, verifica-se aqui e realmente as pessoas mais necessitadas acabam por não usufruir deste mecanismo. Reconheceu-se, portanto, que haveria que adoptar uma estratégia de intervenção que conseguisse chegar até essas pessoas. Daí nasceram as propostas de actividade ao PDIAS – Plano de Acção de Desenvolvimento Integrado de Acção Social, que consiste na organização de um *workshop* “*Mecanismos Solidários de*

Combate à Crise” e de vários *mercados solidários*, tendo como população-alvo beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção e Acção Social e comunidade em geral das várias freguesias do concelho de Soure.

Concluiu-se, portanto, que os mercados ainda não realizam totalmente o seu potencial transformador, satisfazendo no presente as necessidades de bem-estar e de convívio. A sua fraca periodicidade não tem permitido a sua constituição em verdadeira alternativa para a satisfação das necessidades das pessoas afectadas pela exclusão social. Daí que deveria haver uma maior identificação da comunidade com os princípios das economias solidárias. A mercearia solidária vem colmatar algumas destas insuficiências e, por isso, ao estar aberta todos os dias da semana torna-a mais acessível, à hora e dia que for necessário.

A partir da análise realizada, conclui-se que há uma comunidade local com um cunho bastante participativo nos mercados solidários e uma rede local que permite a sustentabilidade e a continuidade dos mercados. O facto de os/as prossumidores/as serem maioritariamente das freguesias do concelho de Soure e, principalmente, da freguesia da Granja do Ulmeiro, indica-nos que há uma rede local de pessoas (com maioria de mulheres) que participam nesta iniciativa com os seus produtos endógenos.

A existência de uma rede local de pessoas, juntamente com as dos concelhos mais próximos (que como vimos são as segundas a participar mais nos mercados solidários), tem vindo a justificar o sucesso que, até à data, a mercearia solidária regista. A forma pela qual previne e combate a pobreza e a exclusão social é acima de tudo pelo igual acesso à participação, igualmente como nos mercados, mas sendo uma alternativa a que as pessoas podem recorrer regularmente torna a resolução dessas dificuldades mais fácil.

Através da mercearia os pequenos excedentes das produções familiares podem ser aproveitados regularmente e contribuir para a qualidade de vida alimentar das famílias consumidoras. Valorizando os saberes de cada pessoa e as suas competências, promover-se-á também uma melhoria contínua na sua qualidade de vida.

A mercearia contou até agora, nos dois meses de funcionamento, com a participação de 72 prossumidores/as, dos quais 68 são do sexo feminino, tendo havido nos dois meses de funcionamento 358 visitas com trocas efectuadas. À semelhança dos mercados, também a mercearia é, como já vimos, um mecanismo de participação das mulheres na vida pública e social.

As questões sobre o que se pretende a curto e a longo prazo, o que entendemos como concreto e utopia, fazem-nos reflectir sobre a sustentabilidade e viabilidade de alternativas solidárias como estas. Acredito que a economia solidária ajude a criar novas oportunidades de acesso e de satisfação de necessidades, erradicando as desigualdades e disseminando valores como o da solidariedade. A sustentabilidade passa acima de tudo pelo facto de se fomentar o respeito, a justiça e a paz entre todas as pessoas.

A economia solidária mostra-nos que é possível a construção de uma outra sociedade mais igualitária, sendo o caminho ainda longo. Mas alternativas como os mercados e a mercearia fazem-me acreditar que a utopia se pode transformar numa realidade, sendo para tal necessário ambicionar e experimentar essas alternativas.

Uma rede sólida, em que vários indivíduos ou grupos participem e em que a partilha, solidariedade, troca de bens/serviços e transmissão de conhecimentos seja constante, tornará a realização da *outra economia* menos utópica!

ANEXOS

Anexo I - Oficina de preparação e mercado solidário em Samuel

Outra actividade em que participei foi, por exemplo, nas oficinas de preparação dos mercados solidários em Samuel. Estas oficinas foram feitas com um grupo de mulheres (mais ou menos 25), para além de ser um momento de convívio, de poderem conversar entre si e de estarem muito animadas, o objectivo era então preparar o próximo mercado, as tarefas eram recortar e fazer molhos de moeda social. Respeitando sempre as indicações das técnicas, estavam também preocupadas em perceber o que era necessário fazer no próprio dia do mercado. Uma questão que as preocupava é que ainda tinham outras moedas sociais e como poderiam fazer o câmbio para o novo formato da moeda social local (as “diabitas”). Mais tarde e noutra oficina fez-se esse câmbio, para que no dia do mercado pelo menos este grupo já tivesse a nova moeda.

No dia 25 Outubro era o tão desejado 2º Mercado Solidário de Samuel. Inicia-se a disposição do espaço mais ou menos uma hora antes do início previsto para o começo do mercado. Assim que o banco está pronto a funcionar, começam logo as pessoas a aproximarem-se, nomeadamente, as agricultoras locais que começam a colocar os seus produtos nas bancas, chegando cada vez mais gente, suscitando alguma confusão inicial. É muito interessante perceber como as pessoas estabelecem relações com o espaço e como se tentam desvencilhar. Há sempre uma agitação inicial quase que incontornável, as pessoas queriam ir rapidamente ao banco para se poderem dirigir de imediato às bancas.

Contudo, algumas pessoas ficavam um pouco perdidas quando o seu produto não estava na tabela de referência e, deste modo, era mais difícil atribuir-lhe um valor. Ajudava-as no sentido de, tendo por base e referência um produto semelhante (em termos de todas as fases de “criação” do produto) conseguíamos chegar a um valor.

Um problema detectado no início é que algumas senhoras levaram arroz de pacote comprado, o que devido aos princípios do mercado, isto é, terem que levar um produto ou prestar um serviço feito pela pessoa, que tem um cunho pessoal, não é

permitido. Explicámos algumas vezes e apesar de alguma “revolta”, porque algumas não tinham levado mais nada ou porque não lhe tinham explicado isso antes, as pessoas acabavam por perceber.

Um caso muito engraçado foi o de uma senhora que estava a participar pela primeira vez e que levou um desses pacotes de arroz. Não sabia ler nem escrever. Tentei explicar várias vezes que não podia... e juntamente com a Ana Durão (técnica da AJPaz) tentámos que ela não desistisse e de algum modo não deixasse de participar uma vez que já ali estava. Após alguma negociação, o serviço que ela ficou incumbida de prestar foi o de ensinar cantigas. Sabendo que a situação era um pouco estranha para a senhora de 82 anos, tentei dar-lhe sempre o máximo de atenção. Levei-a à banca onde ia prestar o serviço e depois levei-a para se sentar onde ira ser a assembleia comunitária. Entretanto no meio de tudo isto as pessoas continuavam a pedir ajuda para atribuir valor aos seus produtos.

Devido às questões que vinham a angustiar a equipa sobre os princípios e o funcionamento dos mercados, as técnicas insistiram bastante na assembleia comunitária que por sinal estava bastante cheia. Era o momento indicado para se reforçar as ideias que se queriam passar, nomeadamente, alguns dos princípios dos mercados e alertando para aquela questão do arroz comprado.

Deu-se então início às trocas! O meu serviço foi fazer massagens de mãos e como a senhora que estava a prestar o serviço de ensinar cantigas estava ao meu lado, propus-lhe fazermos a primeira troca, até para ela perceber o funcionamento do mercado. Assim, fiz-lhe uma massagem e ela ensinou-me uma cantiga! Ela ria-se, o sufoco inicial passara, estava notoriamente feliz! É muito importante perceber que são estes momentos que dão algum conforto a estas pessoas, para além de as ajudarmos nos momentos de alguma confusão e angustia por não estarem enquadradas na actividade, durante o meu serviço apercebemo-nos de como elas desabafam com uma pessoa que não conhecem, aqueles minutos são preciosos. Esperemos que esta senhora volte a participar!

O momento cultural foi dinamizado por um grupo de teatro que captou a atenção de todos/as até ao final.

Anexo 2 - 16º Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro

Chegara o dia do 16º Mercado Solidário da Granja do Ulmeiro, dia 12 de Dezembro de 2009.

Por volta das 10h30 da manhã juntámos todos os materiais necessários e dirigimo-nos à associação para preparar o espaço do mercado. A primeira etapa era criar uma nova forma de apresentação, por exemplo, a disposição das mesas, da assembleia e do banco, tudo em prol de um novo ambiente!

Às 14h45 começam a chegar as primeiras pessoas. Explicámos que aquele mercado ia funcionar de forma diferente, primeiro a assembleia e se fosse a primeira vez que estivesse a participar explicávamos com mais pormenor o funcionamento e entregávamos uma ficha de beneficiário/a para a pessoa calmamente ir preenchendo.

Para ir adiantando trabalho e como as pessoas iam chegando aos poucos, íamos completando a base com os dados em falta, tudo com muita calma e sem grandes agitações.

O Sr. António, após termos verificado que já tínhamos os seus dados completos, acabou por ficar por perto do banco a conversar. Foi muito engraçado. Falámos do porquê do mercado começar de outra maneira e da importância de falarmos primeiro na assembleia com as pessoas; depois ele referiu que nunca tinha tempo de ir ver as coisas do mercado, isto é, nunca trocava, eu disse-lhe que naquele dia ficaria a tomar conta das suas coisas para ele poder ir trocar; depois reparei que ele tinha muitas (mesmo muitas) granjas.

Composta a assembleia com mais ou menos 35 pessoas, dava-se o seu início. As técnicas Andreia Soares e Ana Durão começaram por alertar para o facto de termos que reflectir sobre os princípios do mercado, ao qual as pessoas responderam que os principais princípios são *não haver dinheiro, possibilitar e haver trocas e a solidariedade*.

Ao qual elas questionaram - *O que vos faz vir aqui?*

Respondendo a população: - *Convívio! Participar! Trazer um produto com o nosso trabalho! Não haver dinheiro!*

Depois reflectiu-se sobre o facto de ser possível ou não levar para o mercado um pacote de feijão da mercearia. As respostas foram unânimes: *Não!*

Deram-se exemplos do que se pode levar para um mercado: batatas que semearam, uma saco feito por nós, uma pano de cozinha branco mas com alterações feitas por nós, isto é, algo que se teve trabalho em fazer!

Explicou-se também a importância de se falar sobre estas coisas, até porque estavam algumas pessoas novas neste mercado. Perguntou-se à população o que achavam da organização do mercado, se tem estado tudo a correr bem, se estavam desiludidos com alguma coisa. Ao que a D. Piombina respondeu logo - *“Não há ninguém aqui que esteja desiludida! O problema é de quem não empurra! De quem não o empurra, de quem não empurra o mundo para a frente. É preciso andar para a frente.”*

Falou-se também do facto de algumas pessoas terem moeda em casa, mas que senão trazem coisas podem participar na mesma? Muita discussão, mas houve quem se manifestasse mas alto - *“Se toda agente pensasse assim, chegávamos aqui e não havia produtos!”*

Relativamente ao não ter tempo para poder trocar no mercado a Andreia Soares chamou a atenção para *“Sair do lugar! Solidariedade! Pedir à vizinha que fique um bocadinho a tomar conta das suas coisas! E não pensar no que se quer antes das trocas! Há tempo para tudo!”*, ao qual se ouviu no meio das pessoas - *“Nos outros mercados só compro uma fatia de bolo!”*

Quanto às granjas reflectiu-se sobre o facto de uns terem mais do que outros; que a moeda é apenas um facilitador das trocas... *“Acham que é fundamental terem as granjas em casa?” - Não!* (respondeu a maioria das pessoas em unísono).

A Andreia Soares ainda venceu mais a questão afirmando - *“Daí empenharmo-nos nos produtos e não estarmos tão ligado à moeda!”*.

A Ana Durão interveio também partilhando o que alguém lhe tinha dito logo ao início quando chegou - *“Estive mesmo para não vir, senão fosse este bocadinho!”*.

Relativamente à tabela de valores questionou-se sobre o facto de os valores estarem bastante elevados, ao que as pessoas responderam - *“Alguns”*.

Alguém sabe como se construiu a tabela? *“Hum..... não.....”*. O produto que na altura vocês atribuíram como o mais importante foram os ovos. *“Acham que ainda é o mesmo?”*, tendo as pessoas ficado em dúvida, mas não disseram outro produto.

Sobre o facto de acharem que um mesmo produto deve valer o mesmo em épocas diferentes.... Alguns risos.... E alguém até respondeu: *“Mas há nozes todo o ano!”*

Concordam que se deve alterar a tabela? Ao qual a D. Piombina respondeu de imediato - *“Isso vai dar-vos muito trabalho!”*. A Andreia respondeu - *“Nós facilitamos, nós ajudamos. Quando formos embora, o mercado é vosso”*. Aí as pessoas ficaram um pouco inquietas, tendo a Julieta (do grupo do *Elas*) respondido de imediato - *“Se forem o mercado acaba!”*.

Ainda relativamente à tabela de valores, que a equipa queria que a comunidade reflectisse mais, a Andreia deu alguns exemplos - *“O meu serviço hoje é medir a tensão, pensei e achei que 10 granjas é o valor que vou atribuir! É nesta lógica que temos que pensar e atribuir o valor aos nossos produtos/serviços! Olhem para as batatas 150 granjas...”*. Nem tendo tempo para responder ouviu-se logo no meio da assembleia - *“Ui é caro!”*; *“Temos que baixar os valores!”*.

A partir desta conversa foi pedido às pessoas que pensassem nos valores dos seus produtos/serviços e preenchessem as suas etiquetas. Relembrou-se ainda que o espaço de trocas só começa quando toda a gente passar no banco.

Deu-se início às trocas. Foram muito engraçadas e dinâmicas! Como combinado fiquei a guardar nozes de uma senhora e a abóbora do Sr. António. O Sr. António estava com um sorrisinho na cara e quando chegou ao pé de mim disse - *“Hoje já levo qualquer coisa!”*

Como há sempre poucos serviços a equipa da AJPaz pensou em proporcionar alguns: serviço de embrulhos, chá, medir a tensão, massagens de mãos, fazer as sobancelhas.

O meu serviço foi fazer massagens de mãos e que acaba por ser um espaço muito interessante! As pessoas falam muito e desabafam, sobre a vida, sobre os seus problemas. A D. Maria Helena no final da massagem até comentou - *“Foi dos melhores mercados! Muitos produtos, muita diversidade!”*

Ao dar uma volta pelas bancas, já na parte final do mercado, estive à conversa com a D. Piombina. Primeiro pediu desculpa por ter falado tanto na assembleia, eu disse-lhe que não tinha nada que pedir desculpa, a assembleia é mesmo para falarem; falou muito comigo sobre poesia, dizendo que gostava muito, eu propus-lhe que prestasse um serviço no próximo mercado, partilhando a sua poesia; disse que esteve pouca gente, mas só fazia falta quem lá estava!

O momento cultural foi dinamizado por um grupo que tocou e cantou músicas tradicionais e conhecidas por todos/as, as pessoas acharam foi muito engraçado, dançaram e cantaram muito!

A Lucília, colega de faculdade, adorou a iniciativa. Achou muito interessante e quer estar presente nos próximos mercados. Acha que devia haver mais participantes e que é pena as pessoas não darem o devido valor a estas iniciativas!

Anexo 3 – Guiões conversas exploratórias

3.1 - Assistente Social do Gabinete da Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Soure

Rendimento Social de Inserção

- Na sua opinião, conhecendo a realidade das pessoas (RSI) e tendo conhecimento do fenómeno de “pobreza escondida”, famílias/pessoas que têm necessidades e por vergonha não recorrem a este tipo de ajuda, qual acha ser a melhor estratégia de atrair as pessoas para actividades de cariz solidário e de inclusão?

- Que têm feito neste sentido?

PDIAS

- Explicar estrutura, funcionamento, calendarização das reuniões e apresentação de propostas de actividades.

Loja Social de Soure

- Explicar estrutura e funcionamento.

Banco Alimentar

- Como aceder? Que tipo de apoios às IPSS/ONG?

3.2 - Assistente Social do Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro

Rendimento Social de Inserção

- Que tipo de pessoas lhes têm chegado? Com que tipo de necessidades? O que procuram?

- Como sabemos há inúmeras famílias/pessoas com grandes dificuldades económicas e como bastantes necessidades, mas pela vergonha à exposição ainda não recorreram a este tipo de ajuda. Têm algum modo de chegar até às pessoas, de as tentarem ajudar, uma vez que não vêm procurar ajuda?

Portanto, se tiverem conhecimento sobre estes casos, desenvolvem algum mecanismo de acompanhamento e de “vigilância”?

- Conhecendo estas pessoas (beneficiárias do RSI ou não), qual acha ser a melhor estratégia de atrair as pessoas para actividades de cariz solidário e de inclusão? Que têm feito neste sentido?

Parcerias

- Centro de Assistência Paroquial e AJPaz?

Anexo 5 – Propostas de actividade ao PDIAS

5.1 – Primeira proposta

Actividade	Data	Local	Destinatários	Responsáveis	Contributos
Acção de sensibilização/informação: “Mercearia Solidária, Lojita da Pessoa Cidadã, Espaço de Convívio”	(Junho)	Centro Internacional da Acção para a Justiça e Paz (AJPaz)	RSI da Granja do Ulmeiro e do restante concelho de Soure e comunidade em Geral.	- AJPaz	- Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro - IPSS que fazem acompanhamento o RSI

Estrutura da actividade:

Programação	Hora/Duração
1 – Recepção - Projectos/Actividades da AJPaz - Projecto Mercearia Solidária - Estrutura da actividade de hoje!	14h30 – 15h
2 - Mercearia Solidária Da teoria à prática – espaço para trocas!	15h – 15h30
3 - Lojita da Pessoa Cidadã Da teoria à prática – espaço para esclarecimentos!	15h30 - 15h45
4 - Espaço de Convívio Da teoria à prática – (visualização de um filme)!	15h45 - 17h15
5 – Avaliação da actividade	17h15 - 17h30

5.2 – Segunda proposta

5.2.1 – Acção I - Workshop “Mecanismos Solidários de Combate à Crise”

Actividade	Data	Local	Destinatários	Responsáveis	Contributos
Workshop “Mecanismos Solidários de Combate à Crise”	30 de Junho de 2010, Quarta-feira.	Centro Internacional da Acção para a Justiça e Paz (AJPaz)	RSI e Acção Social da Granja do Ulmeiro, Alfarelos, Figueiró do Campo e Vila Nova de Anços, comunidades em geral.	- AJPaz	- Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro - Centro Social de Alfarelos - Centro Social de Figueiró - IPSS que fazem acompanhamento RSI.

5.2.2 – Acção 2 – Mercados Solidários

Actividade: Mercados Solidários	Data	Local	Destinatários	Responsáveis
	31 Maio	Samuel	RSI e Acção Social de Samuel, Vinha da Rainha, Gesteira e comunidade em geral.	- AJPaz - FMLR - ACRS - ACDS
	Junho	Alfarelos	RSI e Acção Social de Alfarelos e comunidade em geral.	- AJPaz - Centro Social de Alfarelos
	Julho	Vila Nova de Anços	RSI e Acção Social de Brunhós e Vila Nova de Anços, comunidade em geral.	- AJPaz - Casa do Povo V.N.A.
	Agosto	Granja do Ulmeiro	RSI e Acção Social da Granja do Ulmeiro, Figueiró do Campo e comunidade em geral.	- AJPaz - Centro Social de Figueiró - Centro de Assistência Paroquial da Granja do Ulmeiro
	Outubro	Tapéus	RSI e Acção Social de Tapéus, Degracias, Pombalinho e comunidade em geral.	- AJPaz - Centro Social Malhadas - ADESTA
	Novembro	Soure	RSI e Acção Social de Soure e comunidade em geral.	- AJPaz - Santa Casa da Misericórdia de Soure - APPACDM - Centro de Saúde de Soure - Câmara Municipal de Soure - CDSSC – Serviço Social de Soure

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADS (s.d.), *Desenvolvimento Comunitário. Diagnóstico*. Soure: Associação de Desenvolvimento de Soure.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção Social da Diferença*. Porto, Afrontamento.
- Amaro, Rogério Roque (2009), “Desenvolvimento Local”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 108-113.
- AMBM (2008), *Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013 do Baixo Mondego*. Associação de Municípios do Baixo Mondego.
- AJPaz (2009), Ficha e Resumo de Projecto Mercearia Solidária (policopiado).
- AJPaz (2009), Panfletos de divulgação de projectos (policopiado).
- Blanc, Jérôme; Cyrille Ferraton et Gilles Malandrin (2003), “Les systèmes d’échange local”, In Dacheux, Éric e Jean-Louis Laville (coord.), *Economie solidaire et démocratie*. Paris: Hermès 36. CNRS Éditions, 101-108.
- Cattani, Antonio David (2009), “Construindo a Outra Economia”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 7-8.
- Cattani, Antonio David (2009), “Utopia”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 328-333.
- CLASS (2005), *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Soure*. Concelho Local de Acção Social de Soure. Soure: Rede Social do Concelho de Soure.
- CMS (2006), *Carta Educativa do Concelho de Soure*. Soure: Câmara Municipal de Soure.
- Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 101-105, 121-128.
- Fazenda, Isabel (s.d.), “Empowerment e participação, uma estratégia de mudança”, Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>, acedido em 12/04/2010.
- Ferreira, Virgínia (2000), “A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal”, *Ex æquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* 2/3. Lisboa: APEM/Celta Editora, 13-42.
- Filho, Genauto C. de França e Eduardo V. da Cunha (2009), “Incubação de Redes de Economia Solidária”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 224-230.
- Fleschenberg, Andrea (2008), “Women’s political citizenship – empowerment, representation, and gender democracy. A review of key conceptions and

- challenges”, In Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 129-140.
- Fontes, Breno e Sílvia Portugal (2009), “Redes Sociais”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 284-288.
- Frade, Sandra (2008), “E se em vez do capitalismo tivéssemos redes de solidariedade? Uma reflexão sobre os mercados solidários”, In Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 107-119.
- Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Antecedentes e expressões atuais da economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 81-99.
- Graal (s.d.), *O essencial sobre o Género: Conceitos básicos*. Lisboa: Edições GRAAL.
- Hespanha, Pedro (2009), “Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 49-63.
- Hespanha, Pedro e Rui Namorado (2009), “Os desafios da economia solidária”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março 2009), 3-5.
- INE (2006), *Anuário Estatístico da Região Centro – 2005*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008), *Anuário Estatístico da Região Centro – 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001), *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jolly, Susie (2004), “Mitos de género”, *Género e Desenvolvimento In Brief*. Edição especial, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/non-english.htm#Portugues>, acedido em 8/10/2009.
- Journal Le Nouveau Macadam (2005), *Le boom des épiceries sociales*. N°29, 1-5.
- Laville, Jean-Louis (2009), “A economia solidária : Um movimento internacional.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março 2009), 7-47.
- Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia Solidária.” In Cattani, Antonio David et al. (coord.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 162-168.
- Laville, Jean-Louis e Genauto Carvalho (s.d.), “Impasses, avanços e desafios da ação pública em economia solidária: uma perspectiva comparada brasil-frança”, Disponível em: <http://www.fcc.org.br/seminario/ecosol/Laville-Genauto-sem-Campinas.pdf>, acedido em 20/10/2009.
- Lister, Marjorie (2005), “Gender and European Union Development Policy”, *EUSA Annual Conference*. Disponível em: http://aei.pitt.edu/3308/02/sent_June_'05_EU-SANew_article.doc, acedido em 16/07/2009.
- Lopes, Mónica (2008), “O papel das organizações do terceiro sector na promoção da igualdade entre mulheres e homens – que efectividade?” *VeZ e Voz – Animar* 3, Dezembro, 35-49. Disponível em: http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/vezvoz/files/20090605_54_VEZEVOZIII.pdf, acedido em 10/04/2010.

- Mance, Euclides André (2009), “Consumo Solidário”. In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 74-79.
- Mance, Euclides André (2009), “Redes de Colaboração Solidária”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 278-283.
- Namorado, Rui (s.d.), “Os quadros jurídicos da economia social – uma introdução ao caso português”, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/251/251.pdf>, acedido em 13/11/2009.
- Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária – a partir do caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 65-80.
- Oxaal, Zoe and Sally Baden (1997), “Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy”, Briefing prepared for the Swedish International Development Cooperation Agency. Bridge: Development – Gender, No 40. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/re40c.pdf>, acedido em 20/11/2009.
- Santos, Boaventura de Sousa e César Rodriguez (2004), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 21-66.
- Santos, José Hipólito (2003), *O desenvolvimento e a mulher*. Lisboa: Edição SEIES.
- Soares, Maria Priscila (2008), *Animação Cidadã para a Acção Solidária*. São Brás de Alportel: Edição Associação In Loco, 35-60.
- Soares, Maria Priscila (2008), “Uma experiência de economia solidária – aprendizagens e desafios”, In Cunha, Teresa e Celina Santos (org.), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 81-88.

OUTRA BIBLIOGRAFIA

- Añón, María José e Pablo Miravet (2005), “Paradojas del familiarismo en el Estado del bienestar: mujeres y renta básica”. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Vol. 23, núm. 2. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/rla/11318635/articulos/CRLA0505220101A.PDF>, acedido em 16/07/2009.
- Boletim bridge, “Sexualidade”, *Género e Desenvolvimento In Brief* N°18, Janeiro de 2007. Disponível em: http://www.bridge.ids.ac.uk/docs/InBrief18_Sexualidade.pdf, acedido em 22/09/2009.
- Bridge (2009) “Género e Governança”, *Género e Desenvolvimento In Brief*. 21ª Edição. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/non-english.htm#Portugues>, acedido em 8/10/2009.
- Brody, Alyson (2009), “Género e Governança – Relatório de Panorama Geral”, *Género e Desenvolvimento, Bridge*, Abril. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/non-english.htm#Portugues>, acedido em 8/10/2009.

- Cunha, Teresa (2008), “Introdução: Uma reflexão caminhante sobre espaços e conceitos de participação das mulheres na sociedade portuguesa”, In Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 25-40.
- Constantino, Alexandre Krugner (2007), “A Economia Solidária e os novos movimentos sociais: um caso paradigmático?” Disponível em: http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/esacv2n2/04.pdf, acessado em 10/04/2010.
- Dacheux, Éric e Jean-Louis Laville (2003), “Penser les interactions entre le politique et l'économique”, In Dacheux, Éric e Jean-Louis Laville (coord.), *Economie solidaire et démocratie*. Paris : Hermès 36. CNRS Éditions, 9-23.
- Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 156-161.
- Esplen, Emily and Alyson Brody (2007), “Putting Gender Back in the Picture: Rethinking Women’s Economic Empowerment”. Report prepared at the request of the Swedish International Development Cooperation Agency. Bridge, Development and Gender, No 19. Disponível em: http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/BB19_Economic_Empowerment.pdf, acessado em 16/07/2009.
- Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía solidaria”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 101-113.
- Ferreira, Sílvia (2009), “A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceitual”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 169-192.
- Filho, Genauto C. de França e Jeová Torres S. Junior (2009), “Bancos Comunitários de Desenvolvimento”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 31-36.
- Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Empreendimento Económico Solidário”, In Cattani, Antonio David et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 181-187.
- Gonçalves, Alda Teixeira (2006), “Empresas Sociais ou de Inserção – traços comuns em alguns países europeus”, *Revista Pretextos* 24, Instituto da Segurança Social, 19-21. Disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=15364&m=PDF, acessado em 9/11/2009.
- Greffe, Xavier (2009), “Le rôle de l'économie sociale dans le développement local”, In Noya, Antonella e Emma Clarence (orgs.), *Pour une Économie sociale : Créer de la richesse par l'intégration sociale*. Paris : Ed. Economica, 95-127.
- Guarido, Maria C. Meloni e Reinério A. Lérias (s.d.), “Economia social/solidária: uma alternativa do sistema capitalista”. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi4_artigocristina.pdf, acessado em 2/12/2009.
- Laville, Jean-Louis (2007), *L'économie solidaire : une perspective internationale*. Paris : Hachette Littératures.

- Laville, Jean-Louis (2009), “Solidariedade”, *In Cattani, Antonio David et al. (coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 310-314.
- Laville, Jean-Louis ; Benoit Levesque et Marguerite Mendell (2009), “L’économie sociale : approches et pratiques diverses en Europe et au Canada”, *In Noya, Antonella e Emma Clarence (orgs.), Pour une Économie sociale : Créer de la richesse par l’intégration sociale*. Paris : Ed. Economica, 169-207.
- Lopez-Claros, Augusto e Saadia Zahidi (2005), “Women’s Empowerment: Measuring the Global Gender Gap”, *World Economic Forum*. Disponível em: http://www.weforum.org/pdf/Global_Competitiveness_Reports/Reports/gender_gap.pdf, acedido em 12/04/2010.
- Melo, Alberto (2004), “Acção local dos cidadãos como meio de resistência à nova vaga de colonização global: O caso da Associação In Loco no Sul de Portugal”, *In Santos, Boaventura de Sousa (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 373-407.
- Noya, Antonella e Emma Clarence (orgs.) (2009), « Introduction », *In Noya, Antonella e Emma Clarence (orgs.), Pour une Économie sociale : Créer de la richesse par l’intégration sociale*. Paris : Ed. Economica, 1-17.
- Pauli, Jandir (2009), “Desenvolvimento e Economia Solidária: aproximações e limites”, Artigo apresentado no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de Junho de 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/Paulijandir.pdf>, acedido em 20/10/2009.
- Portela, José (2009), “A economia ou é solidária ou é fratricida”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 115-152.
- Portugal, Sílvia (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, *Oficina do CES* 271 (Março). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>, acedido em 15/02/2010.
- Presidência do Conselho de Ministros, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2009), *Agenda da Igualdade 2005/2009*. Lisboa: CIG.
- Primavera, Heloisa (2008), “Trocar de vida com economias solidárias”, *In Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 89-100.
- Randriamaro, Zo (2006), “Genre et commerce”. Disponível em: http://www.mpfef.gov.ml/d_bibliotheque/F122.pdf, acedido em 20/11/2009.
- Reeves, Hazel e Sally Baden (2000), “Gender and Development: Concepts and Definitions”, Prepared for the Department for International Development for its gender mainstreaming intranet resource. *Bridge: Development and Gender*, No 55. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk//bridge/reports/re55.pdf>, acedido em 16/07/2009.
- Rittich, Kerry (s.d.), “Engendering Development/Marketing Equality”, Faculty of Law, University of Toronto. Disponível em: <http://www.albanylawreview.org/archives/67/2/EngenderingDevelopment--MarketingEquality.pdf>, acedido em 16/07/2009.

- Santos, Boaventura Sousa e Pedro Hespanha (2009), “Nota Acerca da Edição Portuguesa”, *In Cattani, Antonio David et al. (coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 9-10.
- Silva, Manuela (2002), “A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva”. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para o Direitos Humanos. 2ªEd, 15-46, 71-90.
- Singer, Paulo (2004), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, *In Santos, Boaventura de Sousa (org.), Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 71-107.
- Soares, Cláudia Lúcia Bisaggio (2009), “Moeda Social”, *In Cattani, Antonio David et al. (coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 255-259.
- Tomás, Maria Isabel (2003), “Instituições particulares de solidariedade social: um parceiro social junto da comunidade local.” *Dissertação de Mestrado em Sociologia* pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Torres, Anália *et al.* (s.d.), “Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre os sexos”. IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em: <http://195.23.38.178/conciliar/files/concilia-Analia%20Torres.pdf>, acessado em 22/09/2009.
- Veronese, Marília Veríssimo (2009), “Subjectividade, trabalho e economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 153-167.
- Veronese, Marília Veríssimo e Egeu Gómez Esteves (2009), “Identidade”, *In Cattani, Antonio David, et al., (coord.), Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 219-223.

SÍTIOS NA INTERNET

AJPaz: <http://www.ajpaz.org.pt/>

Associação In Loco: <http://www.in-loco.pt/>

Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres: <http://www.apem-estudos.org/index.htm>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária: <http://www.fbes.org.br/>

RILESS – Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária: <http://www.riless.org/>

CIRIEC – Centre International de Recherches et d’information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative : <http://www.ciriec.ulg.ac.be/>

Câmara Municipal de Soure: <http://www.cm-soure.pt/>

Oxfam International: <http://www.oxfam.org/en/search/node/gender+and+development>